



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES  
CURSO DE PSICOLOGIA

# **OS SENTIDOS SUBJETIVOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO: UM ESTUDO DE CASO**

**TELISE PRESTES CEPPO**

BRASÍLIA - DF  
JUNHO/2010

**TELISE PRESTES CEPPO**

**OS SENTIDOS SUBJETIVOS ENVOLVIDOS NO  
PROCESSO DE ADOÇÃO: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília como requisito  
básico para obtenção do grau de Psicóloga  
da Faculdade de Ciências da Educação e  
Saúde. Professora Orientadora: Valéria  
Deusdará Mori.

BRASÍLIA - DF  
JUNHO/2010

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES  
CURSO DE PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

---

Professora Orientadora: Valéria Deudará Mori, Doutora em Psicologia.

---

Professora examinadora: Morgana de Almeida Queiroz, Mestre em Psicologia.

---

Professora examinadora: Cláudia Mendes Feres, Doutora em Psicologia.

A menção final obtida foi:

---

BRASÍLIA - DF  
JULHO/2010

Dedico este trabalho a Deus, meus pais, familiares, professores, colegas e amigos que com suas sabedorias de vida formaram o ser humano e a profissional que sou hoje. Minha eterna gratidão a todos vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Valéria Deusdará Mori, minha orientadora, a qual tive o imenso prazer de conhecer nesta última etapa, por ter aceitado me acompanhar neste momento tão importante. Você foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Luiz Fernando González Rey pelo bom humor e disposição em todos os momentos.

À Teresa por ter aceitado participar deste projeto de pesquisa e ter contribuído para a realização deste trabalho, proporcionando-me reflexões tão profundas acerca da adoção.

A todos da instituição na qual realizei o trabalho ora apresentado, em especial, ao Excelentíssimo Senhor Juiz da Vara de Infância e Juventude do Estado de Goiás, Dr. Roberto Bueno Olindo Neto, por ter autorizado a realização da pesquisa e às queridas amigas que compõe a equipe psicossocial do referido setor: Adriana, Laila, Nara, Tatiana, Daiane, Neusa e Leila pela acolhida e por todo apoio que me foi prestado.

Aos primos Luiz Afonso e Luciana pelo apoio bibliográfico.

Às amigas de escola, de faculdade e de estágio pelo apoio e carinho durante toda essa caminhada e, em especial, nessa última etapa. A contribuição de cada uma de vocês teve um valor inestimável!

Aos meus pais, meus primeiros educadores. Obrigada por tudo!

À minha irmã caçula, por me proporcionar momentos de alegria e descontração, principalmente nos momentos em que mais precisava.

Ao meu namorado Renato, meu porto seguro. Amo você!

## RESUMO

Este estudo propõe-se a estudar alguns processos subjetivos que permeiam a decisão de adotar uma criança ou adolescente, tendo como objetivos específicos: (1) estudar as motivações que levam as pessoas a adotar; (2) compreender a influência do meio social e da família na decisão de adotar; (3) analisar as crenças, medos e preconceitos envolvidos na adoção. Para tanto utilizou-se autores da psicologia jurídica que dissertam sobre o tema em questão. A proposta metodológica desse trabalho baseia-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, mais precisamente na proposta de metodologia qualitativa de González Rey, intitulada de Espistemologia Qualitativa, a qual possui três princípios: (1) o conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa; (2) o caráter interativo do processo de produção de conhecimento; (3) a significação da singularidade como nível legítimo da produção de conhecimento. A participante da presente pesquisa foi uma postulante à adoção inscrita no Cadastro Nacional de Adoção – CNA de uma Vara de Infância e Juventude do Estado de Goiás. Utilizou-se como instrumentos a dinâmica conversacional e o complementos de frases. Os resultados evidenciaram que cada pessoa que busca a adoção possui suas motivações, medos e preconceitos, que, ao mesmo tempo em que são compartilhados pela sociedade, configuram-se de maneira singular em cada indivíduo. Além disso, ressaltou-se que apesar da adoção ser uma prática que sempre esteve presente na história da humanidade, ainda hoje é revestida de preconceitos e principalmente de desinformação acerca das dinâmicas envolvidas em tal processo. Conclui-se, portanto, a importância da Justiça proporcionar aos adotantes um espaço para que os mesmos se interessem sobre a legislação da adoção assim como recebam suporte profissional por parte de uma equipe multidisciplinar, a fim de aliviar a ansiedade comumente presente no decorrer de um processo de adoção. Dessa forma demonstra-se a relevância de se realizar um trabalho mais próximo com os adotantes, esclarecendo-os a respeito de suas dúvidas, medos e preconceitos, tendo o intuito de prevenir uma série de problemas que podem ter uma repercussão emocional tanto para os filhos, quanto para os pais adotivos. Tal proposta objetiva facilitar a ocorrência de um número cada vez maior de adoções bem sucedidas além de buscar promover o bem-estar de todas as partes envolvidas neste processo.

Palavras-chave: adoção; subjetividade; pesquisa qualitativa.

## ABSTRACT

The present work aims to study some of the subjective processes that permeate the decision of adopting a child or teenage, having as specific objectives: (1) to study the motivations that leads people to adopt; (2) understand the influence of society and family on the decision to adopt; (3) analyze the beliefs, fears and prejudices associated to adoption. For such purpose, it was used the works of forensic psychologists that dissert about the subject. The methodological proposal of the present work is based on the presuppositions of the qualitative research, more precisely, on the qualitative methodology proposed by González Rey, entitled Qualitative Epistemology, which has three principles: (1) knowledge is a constructive-interpretative production; (2) the knowledge production process has an interactive character; (3) the meaning of singularity as a legitimate level on the knowledge production. The participant of the study was a candidate to adoption within the Youth and Childhood branch of the District of Goiás, and was registered within the National Registration for Adoption – CNA. It is used as research instruments the conversational dynamic and phrase complement. The results showed that each person that look for adoption has its own motivations, fears and prejudices that, at the same time that are shared by society, work in a singular fashion on each person. Moreover, it was highlighted that, although adoption has always been a part of human history, it is still today permeated of prejudice and, mainly, misinformation about the dynamics involved in such process. The conclusion of the work revolves around the importance of the Judiciary to provide adopters with the means for them to get to know the adoption legislation, as well as provide them with the proper professional support of a multidisciplinary team, that would help them ease the anxiety that is common to take place during the adoption process. In this way, it is demonstrated the relevance to realize a closer work with adopters, clarifying them about their doubts, fears and prejudices, therefore preventing a series of problems that might have an emotional repercussion for the children as well as for the foster parents. Such proposal aims to facilitate the occurrence of a ever higher number of well succeeded adoptions, as well as to promote the welfare of all the parts involved.

Key words: adoption; subjectivity; qualitative research.



## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	iii
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iv
<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>SUMÁRIO</b> .....	viii
 <b>INTRODUÇÃO</b> .....	 9
 <b>1. CAPÍTULO TEÓRICO</b> .....	 11
1.1 Breve Histórico da Subjetividade na Psicologia .....	11
1.1.1 Subjetividade Individual e Social .....	13
1.2. Conceito de adoção .....	16
1.3 Breve Histórico da Adoção .....	17
1.3.1 Histórico da Adoção no Brasil .....	20
1.4 Subjetividade na Adoção .....	24
1.4.1 Principais Motivações .....	28
 <b>2. CAPÍTULO METODOLÓGICO</b> .....	 33
2.1 Pesquisa Qualitativa e a Proposta de Epistemologia Qualitativa .....	33
2.2 Procedimentos Metodológicos .....	37
2.2.1 Sujeitos .....	37
2.2.2 Cenário de Pesquisa .....	38
2.2.3 Instrumentos .....	41
 <b>3. CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO</b> .....	 41
3.1 Construção da Informação: Teresa .....	41
3.1.1 Motivação .....	42
3.1.2 Influência da Família e da Sociedade .....	48
3.1.3 Crenças, Medos e Preconceitos .....	51
3.1.4 O Adotante e o Contexto Jurídico .....	55
3.1.5 Considerações sobre o Estudo de Caso .....	62
 <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	 63
 <b>5. REFERÊNCIAS</b> .....	 66
 <b>6. ANEXOS</b> .....	 69

A escolha do tema para o presente trabalho de conclusão de curso resulta da realização de estágio acadêmico em uma Vara de Infância e Juventude de Goiás entre os anos de 2008 e 2009, mesmo local no qual se deu a pesquisa. O interesse pela temática surgiu do contato com os candidatos à adoção, que ao serem recebidos pelo corpo técnico, demonstravam muitas dúvidas e anseios em relação a esse processo. A partir das falas desses candidatos interessei-me por estudar as implicações de ser adotante no contexto social e jurídico atual.

A adoção é um tema que merece destaque por sua relevância dentro, não só da psicologia, mas também de outras esferas, como a social e a jurídica. Apesar de ser uma prática que sempre esteve presente na história da humanidade, ainda hoje é revestida de muito misticismo, preconceitos e, principalmente de uma grande desinformação acerca das dinâmicas envolvidas em tal processo.

É um ato que estabelece, entre duas pessoas, laços de filiação e paternidade. O modo como tal fenômeno tem mobilizado a sociedade em geral pode ser observado pelo contínuo espaço que o tema tem ocupado na mídia atualmente. Fala-se de adoções mal sucedidas, devolução de crianças, de campanhas que estimulam a adoção, assim como de mudanças na esfera jurídica, fato demonstrado pela nova lei da adoção que entrou em vigor em novembro de 2009.

O objetivo geral do presente trabalho é estudar alguns processos subjetivos, tanto individuais quanto sociais, que permeiam a decisão de adotar uma criança ou adolescente. E tem como objetivos específicos: 1) Estudar as motivações que levam as pessoas a adotar; 2) Compreender a influência do social e da família na decisão de adotar; 3) Analisar as crenças, medos e preconceitos envolvidos na decisão de adotar.

A fim de atingir os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, inicialmente, explanou-se brevemente sobre o percurso da subjetividade na psicologia e sobre subjetividade individual e social, sob a ótica de González Rey (2003). Tendo em mente que a adoção deve ser contemplada como um fenômeno plural, histórico e complexo, apresentou-se, ainda no primeiro capítulo, a construção sócio-histórica da prática de adoção ao longo dos tempos, principalmente no que diz respeito à sua trajetória no Brasil. Posteriormente, aprofundou-se nos aspectos subjetivos da adoção, como mitos, medos e preconceitos, bem como os principais motivos que levam as pessoas a adotar.

O segundo capítulo diz respeito à metodologia utilizada no presente trabalho, a qual foi qualitativa e baseou-se na proposta epistemológica de González Rey, intitulada de Epistemologia Qualitativa. Além disso, é feita a apresentação do sujeito e do cenário de pesquisa e dos instrumentos utilizados.

Já o terceiro capítulo refere-se ao processo de produção da informação do caso estudado, a partir da dinâmica conversacional e do complemento de frase da participante da presente pesquisa. A construção da informação foi estruturada em quatro eixos temáticos, a saber: (1) a motivação do adotante; (2) a influência da família e da sociedade na decisão de adotar; (3) as crenças, medos e preconceitos que permeiam esse processo e (4) o candidato a adoção e o contexto jurídico.

Seguem, ao final do trabalho, as considerações a respeito do caso estudado bem como do tema em questão.

## **1 – CAPÍTULO TEÓRICO**

### **1.1 - Breve Histórico da Subjetividade na Psicologia**

Pretende-se apresentar a seguir, um panorama de como se deu a construção do conceito de subjetividade na psicologia sob a ótica de González Rey (2003).

A subjetividade é um tema discutido dentro da psicologia desde seus primórdios. Contudo, era nomeada de consciência, distanciando-se dessa forma, da visão de subjetividade como um sistema complexo e de caráter subjetivo e, portanto, ligado ainda à dicotomia em relação à consciência e o social. Usando o termo consciência, a psicologia mantinha um posicionamento racionalista, algo que tem influenciado muito a nossa ciência até os dias de hoje.

Até mesmo Wundt, o qual ressaltava relevância do social diante de seus estudos no laboratório de Leipzig, uma vez que reconhecia que a consciência individual não era suficiente para a compreensão do pensamento humano, não conseguiu esclarecer a forma como a história entrelaçava-se ao individual, limitando-se a evidenciar a importância desta para os estudos em psicologia. Todavia, essa visão histórica de Wundt foi a mola propulsora para o entendimento que se tem deste fator nos complexos processos psicológicos do indivíduo.

Posteriormente, nos Estados Unidos, as duas vertentes oriundas de Wundt trazem, por um lado, a visão positivista e pelo outro, o caráter quantitativo das práticas experimentais, ambas acabando por se afastarem das idéias que moviam Wundt em seus estudos. A influência dos norte-americanos leva a psicologia moderna a tomar os processos mentais como objetos de estudos passíveis de uma metodologia objetiva e posteriormente, com o surgimento das idéias behavioristas, produz-se a total exclusão do subjetivo como tema da psicologia dita científica, tomando como objeto de estudo apenas o que fosse passível de ser observado.

No que diz respeito à influência do social para o indivíduo, esta não foi esquecida durante esse ínterim, contudo, tinha propósitos de modelagem e controle social. Os estudos norte-americanos, no início do século XX, utilizavam-se de instrumentos com intuito de encontrar características comuns entre os indivíduos, objetivando a construção de leis gerais para explicar o comportamento do ser humano. Nesse momento, os estudos científicos passam a ter um caráter quantitativo, essencialmente estatístico e consequentemente, a subjetividade humana foi restringida ao que poderia ser generalizado a todos os indivíduos, levando a desconsiderar-se tanto a singularidade individual quanto a singularidade social.

Diferentemente da psicologia americana, a psicologia européia tem seu foco na construção teórica do pensamento psicológico, propiciando o desenvolvimento da compreensão do sujeito e da subjetividade.

A psicanálise freudiana propõe uma nova visão de homem, o qual dentro dessa ótica é controlado por forças ocultas, as quais não pode conter e é engessado por mecanismos psíquicos e categorias universais. A respeito disso, González Rey (2003) expõe:

Freud não compreende a psique como sentido subjetivo, como demonstra o fato de ele pensar em mecanismos psíquicos universais, independente da história e dos contextos culturais em que vive o homem; não obstante, ele nos conduz à compreensão de um indivíduo constituído em sua história pessoal (p.23).

Alguns seguidores de Freud, entretanto, ao contrário do que o mesmo propunha, ressaltam a importância do social no desenvolvimento da psique humana. Como um de seus seguidores, pode-se citar Jung o qual reconhece o caráter histórico, social e cultural da psique.

O retorno a Freud, proposto por Lacan, entende o inconsciente do indivíduo estruturado como linguagem, além de ver tal indivíduo como faltoso, propondo a subjetivação universal, “com a qual o sujeito fica bloqueado para processos de subjetivação diferentes, que respondam a novos contextos culturais (González Rey, 2003, p.38).

No que tange à contribuição do humanismo para o entendimento da subjetividade, este, ao conceber uma visão positiva do ser humano, o toma como um sujeito racional e auto-regulado, embora sua proposta não consiga ir muito além da proposta psicanalítica, pois acaba caindo novamente na idéia de uma essência humana universal. Cabe ressaltar, entretanto, que a visão do humanismo, ainda que compartilhe em certa medida com a psicanálise, diferencia-se da mesma por encarar que o indivíduo é peça fundamental para sua subjetivação, não o vendo apenas como um sujeito à mercê de forças intrapsíquicas.

González Rey (2003) aponta que o humanismo foi um dos pontos-chave para a construção do saber subjetivo, entre outros aspectos, por sua aproximação histórico-social aos processos de subjetividade humana, tendo em vista que há um consenso entre os humanistas de que o social está diretamente relacionado à psique humana.

### **1.1.1 - Subjetividade Individual e Social**

González Rey (2003), ao discorrer sobre o desenvolvimento da psicologia como ciência nos moldes naturalistas e positivistas, analisa que “longe de nos aproximar-nos da compreensão

subjetiva dos processos psíquicos, os compreende como entidades dentro de uma visão reducionista, determinista, quantitativa e mecanicista” (p. 69).

Contudo, a psicologia foi desenvolvendo-se ao longo dos tempos e algumas áreas foram distanciando-se de tais moldes, evidenciando, segundo o referido autor, duas características que vão influenciar a visão do fenômeno psicológico, quais sejam: seu caráter histórico-social e sua natureza complexa.

Tal visão supera a idéia de uma natureza humana inerente ao indivíduo, propondo uma nova visão de homem, divergente das anteriores. Considera o caráter singular do sujeito, que só é possível de ser analisado a partir de sua ação no meio social, assim como considera que a subjetividade não é apenas da ordem do individual.

Dessa maneira abandona-se a idéia de que o social é externo ao indivíduo, passando a entender que o mesmo integra-se e relaciona-se dialeticamente ao individual, constituindo o processo subjetivo humano. O social e o individual não mais são vistos como fenômenos excludentes, compreendendo a simultaneidade dos mesmos, entendendo-os como constituintes de um mesmo processo. A respeito disso, González Rey (2003) salienta:

A superação da mencionada dicotomia é possível somente a partir de uma representação dialética dessa relação, em que ambos fazem parte de um mesmo sistema e, por sua vez, relacionam-se de maneira contraditória dentro dele, gerando suas forças motrizes, dentro das quais um e outro, ou seja, o social e o individual atuam de forma recíproca como constituintes do outro, e são simultaneamente constituídos pelo outro (p. 95).

O autor nos lembra que a subjetividade está constituída em um cenário social e cultural, o qual é composto por sujeitos individuais. Dessa forma, os mesmos não podem ser vistos como meras reproduções ou mesmo determinados por este meio. Deve-se compreender a formação do social na subjetividade não como algo que é interiorizado, mas como um processo de produção de sentido.

González Rey (2003) propõe o termo *configuração* para referir-se às formas de organização da subjetividade individual. Diante de tal conceito, concebe, de maneira contrária às idéias de personalidade ainda vigentes na psicologia, a personalidade com um núcleo que se constitui, de maneira dinâmica, de sentidos subjetivos oriundos tanto da experiência individual quanto social do indivíduo. Além de dinâmica, possui a característica de ser flexível, ao passo que conforme novos sentidos subjetivos vão integrando-se ao sistema subjetivo, o mesmo modifica-se, evidenciado novas formas de configuração.

A idéia de González Rey não é apresentar a subjetividade individual como algo inerente ao indivíduo e a subjetividade social como pertencente a um grupo social. A subjetividade individual é constituída pelas experiências do sujeito particular bem como por sua história de vida. Entretanto essa história de vida do sujeito, que é particular, está indiscutivelmente integrada aos diversos espaços sociais em que este indivíduo esteve inserido durante sua vida. Propõe-se, assim, uma leitura do fenômeno psíquico de forma complexa, sistêmica, dialógica e dialética, localizando-o e compreendendo-o dentro de sistema histórico-cultural e complexo, no qual se insere.

Dessa forma, a subjetividade constitui-se na vida cultural humana, integrando tanto o individual quanto o social. Contudo, não se pode cair no erro de se tomar a subjetividade um fator determinado pelo o social, e sim como “um processo de constituição que integra de forma



simultânea as subjetividades social e individual. O indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela” (Gonzalez Rey, 2002, p.36). A subjetividade é então a união dos aspectos individuais e sociais que, embora sejam distintos, também se confundem. São momentos distintos de um mesmo sistema.

No intuito de clarear este tópico, retornamos mais uma vez a González Rey (2003):

A subjetividade não se internaliza, não é algo que vem de “fora” e que aparece dentro, o que seria uma forma de manter a dualidade em outros termos. Em minha opinião, trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituído, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade (p. 78).

É com base nessa nova visão de ser humano assim como no conceito de subjetividade apresentado, o qual articula dialeticamente o individual e o social, resgatando a subjetividade individual para o social, assim como tomando a subjetividade social para a compreensão do individual nos diversos contextos em se insere, que se pretende analisar a temática da adoção. A seguir, apresentamos a construção sócio-histórica da adoção e, posteriormente, alguns aspectos subjetivos presentes na maneira na qual os adotantes vivenciam o processo de adoção.

## **1.2 - Conceito de Adoção**

A palavra adotar advém do latim *adoptare*, que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, ajuntar, escolher, desejar. Bevilacqua (1954, citado em Kauss, 1993), define a adoção como

“o ato pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho” (p.4). Já para Silva (1995), a adoção “é um instituto pelo qual alguém estabelece com outrem laços recíprocos de parentesco em linha reta, por força de uma ficção advinda da lei. E no conceito puramente sentimental, adoção é, verdadeiramente, um ato de amor” (p.86). Por fim Diniz (1994) define a adoção como “inserção (de uma criança ou adolescente) num ambiente familiar, de forma definitiva e com aquisição de vínculo jurídico próprio da filiação, segundo as normas legais em vigor” (p.13).

Do ponto de vista jurídico, a adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo a criança ou adolescente todos os direitos e deveres de filho, quando e somente quando forem esgotados todos os recursos para que a convivência com a família original seja mantida. É atualmente regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina claramente que a adoção deve priorizar as reais necessidades, interesses e direitos da criança/adolescente.

Tais significados compartilham da idéia vigente de adoção. Contudo, sabe-se que ao longo da história a adoção teve vários significados até chegar ao que tem hoje. Sabe-se também que o significado é partilhado por todos de um modo geral. Entretanto, os sentidos que cada um dá para o termo são diversos.

### **1.3 - Breve Histórico da Adoção**

Abreu (2002) analisa que na antiguidade já se falava sobre adoção, embora as normas jurídicas vigentes estivessem mais voltadas para os interesses do adotante do que do adotado. Tal prática, em seus primórdios, surge como possibilidade para que a família de um homem sem descendência perpetuasse sua linhagem e seus bens fossem transmitidos, bem como evitasse a

vergonha, perante a sociedade, de não deixar descendentes. “Adotar um filho era, pois, olhar pela perpetuidade da religião doméstica, pela salvação do lar, pela constituição das oferendas fúnebres, pelo repouso dos nomes dos antepassados” (Fouster de Coulanges, 1941, citado em Abreu, 2002, p. 20).

Durante esse período a adoção, além de ser utilizada como um meio para que a família que não possuísse descendentes perpetuasse seu nome, via-se na adoção uma resolução para questões de ordem política. A adoção também foi utilizada, na Roma antiga pelos imperadores que não possuíam herdeiros, para atender a fins políticos, como forma de continuar seu império, como foi o caso de Otávio Augusto, o qual foi adotado pelo imperador Júlio César. (Kauss, 1993)

Entretanto, Abreu (2002) ressalta que durante esse período só podiam adotar aqueles que não possuíssem filhos ou não fossem capazes de gerá-los e que possuíssem no mínimo 18 anos a mais do que o adotado. O referido autor comenta que os romanos, com o advento de um filho indesejado, comumente o abandonava. De acordo com Ouellette e Séguin (1994, citado em Abreu, 2002) a criança abandonada era muitas vezes acolhida por outras famílias que as utilizavam como mão de obra ou mesmo as comercializavam como escravas ou prostitutas.

Kauss (1993) aponta que no Baixo Império, período de decadência do Império Romano, a adoção era feita por um tabelião, por meio de um simples contrato entre o pai biológico e o adotivo, tendo o consentimento do adotado.

Já na Idade Média, houve uma supervalorização dos laços sanguíneos, onde os adotados, ao contrário do que acontecia no período antigo, não tinham títulos de nobreza, pois esta era transmitida apenas pelo sangue. (Abreu, 2002). Kauss (1993) salienta que nesse período, como decorrência lógica de novos princípios religiosos, a adoção caiu em desuso, devido ao surgimento

da família cristã, passando a ter o casamento como instituição sagrada, condenando qualquer caso extraconjugal e, conseqüentemente, os filhos provenientes de tais relacionamentos.

Gutton (1993, citado em Abreu, 2002) expõe que durante os anos 800 e 1800, houve uma busca incessante pela “pureza da raça”. Dessa forma, filhos adotivos eram rejeitados pela sociedade. No que se refere à postura da igreja Católica com relação à adoção, comenta que a mesma posicionava-se de maneira contrária a tal prática, uma vez que tinham receio que filhos tidos fora do casamento fossem tidos como legítimos, o que seria uma ofensa a moral familiar. Diante disso, a adoção desapareceu durante esse período.

Fonseca (1995) comenta que a desigualdade entre filhos “legítimos” e não legítimos era comum na época. Inclusive, a legitimação adotiva de filhos adulterinos era expressamente proibida na legislação de diversos países. Sendo assim, os indivíduos que não possuíam herdeiros preferiam deixar seu patrimônio à Igreja a receber um filho ilegítimo em seu lar.

Só após a virada do século XX o Estado passou a intervir sobre a instituição da adoção, prática que até então havia sido administrada por meio de acordos informais e contratuais. O Estado sob a ótica moderna de infância passou a priorizá-la, uma vez que a concebeu como período crucial para o desenvolvimento da personalidade, necessitando dessa formar, cuidados personalizados (Fonseca, 1995).

A mesma autora frisa que historicamente, a adoção não percorreu nenhuma forma de evolucionismo linear, uma vez que foi prática de grande importância no período romano, tendo caído em desuso durante a Idade Média e pouca importância na Europa até meados do século XX. Ressalta ainda que era comum as pessoas criarem filhos não biológicos. Entretanto, eram raras as vezes em que a adoção era legalizada.

Como pôde ser percebido, a adoção não é uma prática recente, posto que pode ser encontrada nas mais variadas formas, em todos os povos da Antiguidade. Além disso, evidencia-se que as legislações sobre adoção sofreram transformações dentro dos contextos sociais e culturais. Veremos a seguir como a adoção desenvolveu-se no Brasil.

### **1.3.1 - Histórico da Adoção no Brasil**

Abreu (2002) sinaliza que a adoção só foi regulamentada no país em 1916, pelo Código Civil. Diante dele, a adoção passa a ser uma questão de direito privado, ou seja, não havia a interferência do Estado, além de se favorecer o interesse do adotante e, secundariamente, o do adotado. Dessa maneira, tinha-se um intuito de encontrar uma criança para um casal e não o seu inverso.

O Código Civil de 1916, primeiro dispositivo para legislar a adoção no Brasil, traz de volta o costume antigo de se transferir responsabilidades tutelares entre adultos por meio de escritura. Dessa forma, qualquer pessoa que não possuísse filhos legítimos e que contasse com mais de 50 anos estava apto para adotar, desde que houvesse uma diferença mínima de 18 anos entre adotante e adotado e que se estabelecesse um contrato com os pais biológicos. Não havia idade mínima para o adotando, bem como não havia qualquer restrição quanto ao sexo, estado civil ou nacionalidade do adotante. Além disso, segundo o referido código, a relação adotiva era revogável e não anulava o vínculo entre a criança e seus genitores. “Em suma, a posse da criança era regulamentada no cartório da mesma forma que se regulamentava a posse de bens e imóveis” (Fonseca, 1995, p.120).

A autora acima citada esclarece que apenas no ano de 1957, através de alterações sofridas no Código Civil, é que o foco de interesse recai sobre o bem estar da criança. Alguns aspectos em relação aos adotantes e adotados foram modificados, como a idade mínima dos adotantes, que

baixou para 30 anos e a diferença de idade entre adotante e adotando, que passou a ser de 16 anos e não mais 18. Ressalta ainda que nesse período o Juizado de Menores exercia certa pressão para que os cartórios concedessem a adoção apenas mediante de autorização judicial.

Fonseca (1995) comenta que no ano de 1965, com o advento da lei 4.655 que dizia respeito à “legitimação adotiva”, a adoção passou a ter caráter irrevogável, conferindo direitos hereditários ao filho adotivo, porém, a seu ver, ainda limitados, uma vez que caso os adotantes viessem a conceber filhos legítimos, o filho adotivo tinha direito a receber uma parte menor da herança. Além disso, a filiação passar a ser substitutiva, o que quer dizer que toda e qualquer ligação com a família consanguínea é rompida no ato da adoção. Entretanto, o vínculo adotivo, nesse período, não se estendia automaticamente à família adotiva, já que uma pessoa não podia optar por integrar o filho adotivo ao patrimônio familiar sem o prévio consentimento dos seus ascendentes.

Posteriormente, pelo Código de Menores de 1979, a adoção passa a ser responsabilidade do Estado. Entretanto, tal código, o qual não anulava o antigo, ressaltava a importância dos “interesses” do adotado. Os adotantes podiam optar por uma adoção simples, na qual não eram rompidos os laços com a família do adotado, além do adotante ter o direito de desistir da adoção ou ainda optar por uma adoção plena, a qual era irrevogável e anulava qualquer ligação da criança com sua família biológica. O autor aponta que nesse período as mães carentes, eram, por vezes, coagidas por advogados a “doar” seus filhos, em alguns casos, para adotantes com residência no exterior, levantando debates entre os atores da lei, a respeito do “tráfico de crianças”. (Abreu, 2002)

O referido Código, segundo Fonseca (1995) instituiu pela primeira vez no país a adoção plena e irrevogável e concedeu ao filho adotivo os mesmos direitos, no que diz respeito à herança, como se filho legítimo fosse. Além disso, estabeleceu que o parentesco adotivo fosse estendido aos

ascendentes. Entretanto, a adoção “simples” continuou a existir, concomitantemente à adoção plena até 1988.

A nova Constituição priorizou a promoção social da criança e do adolescente e revogou as leis anteriores, instaurando apenas uma forma de adoção. Não obstante, a Constituição de 1988, aboliu qualquer distinção entre filhos, sejam naturais, adulterinos, incestuosos ou adotivos, assegurando-lhes os mesmos direitos. (Fonseca, 1995).

Weber (1999) afirma que as leis sempre tomaram os direitos dos filhos biológicos acima dos direitos dos filhos adotivos. Coloca ainda que, apenas com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a discriminação dos filhos adotados perante a lei foi abolida, assegurando ao filho adotivo todos os direitos de um filho legítimo, o qual passa a ser.

Com o ECA, que entrou em vigor em 1990, a colocação da criança ou de um adolescente em uma família substituta pode ser feita por meio de guarda, tutela ou adoção. Está última, permanece com seu caráter irrevogável. Segundo ressalta Fonseca (1995), o ECA facilitou o processo de adoção, modificando tanto a idade mínima dos adotantes que diminuiu para 21 anos, desde que haja diferença de 16 anos entre adotante e adotado, como a dos adotandos, que passou a ser de crianças de zero a doze anos incompletos, e adolescentes de até 18 anos de idade. (Abreu, 2002).

O ECA também regulamenta o direito de solteiros, divorciados, viúvos, assim como casais em união estável, casais estéreis bem como os que já possuem filhos biológicos o direito de adotar, desde que tal medida seja fundada em motivos legítimos e apresente reais vantagens para o adotando.

Gueiros (2007) esclarece que atualmente a adoção centra-se na satisfação das necessidades da criança. Entretanto, lembra que tal concepção está estreitamente ligada a questões da atualidade,

uma vez que considera que ao longo dos tempos, entre várias culturas, assumiu diferentes feições. Dessa forma sugere que a temática da adoção modifique-se de acordo com circunstâncias socioeconômicas e políticas de cada momento histórico.

Conforme pôde ser observado por meio do panorama exposto, a adoção existe desde os tempos mais remotos, tendo configurando-se de acordo com cada momento histórico. Sabe-se que atualmente a adoção é contemplada em quase todas as legislações modernas. Contudo, nota-se que embora as leis tenham mudado bastante em relação ao tema, ainda há vários resquícios no modo como a sociedade vê a adoção.

Um exemplo disto está no fato de a adoção em vários momentos históricos, esteve estreitamente ligado a fatores “sanguíneos”, quer seja sua aceitação, como forma de garantir a sucessão da família, quer seja sua pela rejeição, sendo que ainda hoje, é possível perceber a importância que os laços consangüíneos têm nas representações e discursos dominantes em nossa sociedade. Esse é um dos pontos importantes a estudar, conhecer e educar as pessoas que aspiram adotar crianças, devido às dificuldades que esse preconceito pode trazer tanto para a criança adotada quanto para a família que adota.

Feitas tais considerações, visa-se apresentar a seguir, algumas questões que permeiam o imaginário da adoção, como mitos e idéias pré-concebidas, e, posteriormente, as principais motivações relacionadas à temática.



#### 1.4 - Subjetividade na Adoção

Analisando-se o que a literatura diz a respeito da adoção, depreende-se que, embora a adoção seja uma prática bastante frequente durante toda história da humanidade, existem vários mitos que a circundam, alimentados, muitas vezes, pelo senso comum (Vargas, 1998).

Berthoud (1997) cita seis fatores que corroboram com os preconceitos e estereótipos compartilhados pela sociedade a respeito da adoção, quais sejam: (a) a falta de conhecimento sobre a adoção, o que poderá gerar noções distorcidas em relação ao tema, (b) predominância do “culto ao perfeito”, sendo tanto o casal adotante, quanto a criança adotada, taxados como imperfeitos, e, conseqüentemente, à margem do aceito socialmente, (c) hiper valorização da hereditariedade, ou “peso do sangue”, (d) dificuldades de ordem burocrática enfrentadas pelos candidatos à adoção, em conjunto com a falta de informação a respeito do processo, gerando crenças e fantasias, (e) insuficiência de profissionais capacitados para a informação e orientação dos adotantes e adotados, (f) a própria dinâmica psicológica do casal bem como do seu sistema familiar. Alguns desses fatores, dentre outros tantos que circundam a temática da adoção, serão explorados a seguir.

Weber (1999) sinaliza que a escassez de estudos corroborou com a vigência de idéias pré-concebidas, de mitos e fantasias a respeito do tema. A autora define o preconceito, como o próprio nome sugere, como sendo um julgamento construído antecipadamente, sem fundamentos plausíveis e ação reflexiva. No que diz respeito à adoção, muitas famílias adotivas carregam preconceitos, quer seja em relação ao que os amigos, a família, a sociedade acha de tal ato ou mesmo considerando o que o filho adotivo sofrerá diante da sociedade.

Os grupos aos quais pertencemos, desde nossa família até nossa sociedade como um todo, possuem um conjunto de crenças, atitudes e comportamentos próprios que são considerados

adequados por seus membros. Entretanto, muitas vezes essas crenças, atitudes e comportamentos relacionam-se a conceitos formados sem um fundamento razoável e verdadeiro, o que constitui o preconceito. Dessa forma, a discussão sobre preconceitos e estereótipos com a sociedade faz-se necessária, uma vez que trazem danos às relações humanas (Weber, 1999).

Embora o número de estudos referentes à adoção esteja crescendo, a autora considera necessária a realização de mais pesquisas sobre o assunto, diante da indiscutível importância do tema. “É preciso acreditar, primeiramente, na pesquisa enquanto instrumento de descoberta e produção de conhecimento e como meio para clarificar os pontos onde deveria haver intervenção” (p.17). Enfatiza ainda que a pesquisa a respeito do tema “adoção” atende tanto a uma demanda social, quanto científica, uma vez que estão envolvidas tanto questões estritamente objetivas, como questões de ordem burocrática, quanto fatos essencialmente emocionais.

Uma pesquisa realizada por Weber (1999), com o intuito de avaliar a opinião das pessoas com relação à adoção, constatou uma porção de “idéias pré-concebidas e estereotipadas”, tais como “a adoção deve servir para casais que não podem ter filhos realizarem sua vontade de serem pais”; “a morte de um filho natural é motivo suficiente para um casal querer adotar uma criança”; “crianças adotadas, cedo ou tarde, trazem problemas” ou ainda “quando uma criança não sabe que é adotada ocorrem menos problemas”. Outra pesquisa realizada pela mesma autora, a respeito dos conceitos e preconceitos acerca da adoção, constatou que 67% dos entrevistados acreditavam que as pessoas que adotam são levadas por valores morais e religiosos, como caridade, pena e amor ao próximo.

Outro aspecto evidenciado a respeito da adoção refere-se à existência de uma certa tendência vigente dos pais adotivos se cobrarem, assim como de serem cobrados durante o

cadastramento que sejam pais “perfeitos”, devendo mostrar, antes de tudo, suas capacidades para a “paternagem” (Vargas, 1998).

Diniz (1994) salienta que com certa frequência o mito da família ideal é posto em evidência, tendo-se a fantasia de proporcionar a satisfação plena ao adotado, mito que é partilhado pelo social, e principalmente por parte da equipe técnica responsável pelas Varas de Infância e Juventude. No que tange aos critérios de escolha dos adotantes por parte desses profissionais, Weber (1999) esclarece que muitas vezes há uma postura dogmática em relação à seleção de pais adotivos.

A referida autora levanta o questionamento a respeito do que seria uma família ideal para adotar uma criança, considerando que essa escolha, a princípio técnica, é perpassada por “inúmeros aspectos subjetivos, parciais, teóricos, arbitrários, políticos e pessoais (...)” (p.35). Esclarece que durante o processo de adoção a equipe multidisciplinar tem o papel não só de escolher os casais aptos, mas principalmente de prepará-los, no sentido de informar e desmistificar preconceitos e estereótipos.

Um terceiro e importante fator que está ligado à temática da adoção, diz respeito à importância da ligação consangüínea em nossa sociedade. Weber (1999) expõe que no país está bastante arraigada a valorização dos laços consangüíneos, assim como a semelhança física com os genitores. Dessa forma há de se levar em conta tais aspectos ao se considerar que os pais adotivos poderão sofrer com a não-semelhança dos filhos adotivos. Consonante a essas questões, está o fator hereditário. Quando o filho adotivo apresenta comportamentos aceitáveis pelos pais, o resultado é remetido à educação recebida pelos pais adotivos, mas se esta apresenta comportamentos inaceitáveis, remetem a culpa para o “sangue ruim” que a criança carrega. Em alguns casos crêem

que o fato da criança ser adotiva é o motivo de todo e qualquer tipo de problema que a criança venha a enfrentar.

Weber (1999) sinaliza que por vezes, a criança adotiva é vista pela sociedade como uma criança problemática, revoltada e ingrata a quem lhe acolheu, incapaz de superar o “trauma” do seu abandono e fadada a repetir comportamentos supostamente inadequados de seus pais biológicos.

Embora se tenha o conhecimento de que a educação exerce tanta influência quanto às questões de ordem biológicas, o temor à hereditariedade patológica da criança adotiva se constitui num dos principais fantasmas que assombram os pais adotivos. (Vargas, 1998).

Além disso, Maldonado (2001) evidencia que a excessiva valorização dos “laços de sangue” faz com que muitos pais adotivos sintam-se inseguros, diante do temor de que o filho os abandone algum dia, passando a atuar como “pais provisórios”.

A mesma autora aponta que os preconceitos e mitos que supervalorizam a importância da valorização biológica como alicerce do vínculo nas relações, contribuem muito para essa insegurança quanto à solidez do amor que une adotantes e adotados, uma vez que faltaria aos adotantes a “base instintiva”. “Em determinados ambientes culturais está muito viva a idéia da “voz do sangue” ou que nada há como o amor de mãe” (Diniz, 1994, p.19).

A esse respeito, Weber (1999) diz que a cultura dos “laços de sangue” é tão presente que faz com que as pessoas acreditem que estes laços são “fortes” e “duráveis” porque eles são “naturais” e “verdadeiros”. A autora sugere que a associação dos mitos, da falta de esclarecimento e da valorização dos “laços de sangue” faz com que ainda no Brasil a adoção tenha significado de um “sintoma”.

Por fim, a questão da burocracia que os candidatos à adoção enfrentam, assim como em alguns fóruns, a falta de um tratamento e acompanhamento adequado por parte dos juízes, promotores, assistentes sociais e psicólogos durante esse processo é outro fator que corrobora com as noções distorcidas que se tem a respeito da adoção.

Schettini (2006) levanta que é de suma importância que os adotantes recebam suporte psicológico durante a espera do filho adotivo, uma vez que os mesmos, estando “grávidos emocionalmente”, necessitam de um aparato profissional que os oriente durante esse processo, os auxiliando, na vivência de seus medos, dúvidas e angústias, assim como na elaboração de suas reais motivações para a adoção. Por outro lado, o autor salienta a importância da capacitação dos profissionais que lidam com os candidatos a adoção, para que os mesmos possibilitem um espaço de escuta, ao mesmo tempo sensível e sensata, desses indivíduos, disponibilizando aos mesmos, recursos para a compreensão e elaboração de suas demandas.

A fim de explanar um pouco mais a respeito dos aspectos subjetivos que permeiam a decisão de adotar, discorreremos a respeito dos principais fatores apontados pela literatura que levam os indivíduos a optar pela adoção.

#### **1.4.1 - Principais Motivações**

Reppold & Hutz (2003) evidenciam que a sociedade em geral percebe a adoção a partir de duas visões opostas: o *altruismo*, que diz respeito à inclinação do sujeito a agir em favor do bem alheio, ou o *hedonismo*, que segundo os mesmos está ligado exclusivamente à satisfação dos desejos individuais.

Mattos & Nunes (1981) sinalizam que são vários os motivos que levam as pessoas a decidirem pela adoção. Como um dos motivos, aponta que em muitos casos essa decisão é tomada como forma de “salvar” o casamento, desviando para a criança, a responsabilidade de solucionar os conflitos conjugais. Outro motivo apontado pelos autores diz respeito ao desejo de praticar o bem, a caridade por meio da adoção. Por último, assinalam que muitas pessoas solteiras, viúvas, ou mesmo casais que não têm mais seus filhos morando consigo, optam por adotarem uma criança como forma de fazer-lhe companhia, de “preencher um vazio”. A esse respeito, Maldonado (2001) pondera:

Nesse contexto, a idéia da adoção surge com a esperança de grande promessa de recuperação do sentido da vida, pondo fim ao tédio, ao vazio, à solidão e à sensação de inutilidade. Aí estão as raízes das grandes expectativas com relação à criança adotada, colocada na posição do herói-salvador” (p.35).

Coimbra (2005) salienta que a adoção tem sido um recurso bastante utilizado tanto no Brasil, como em outros países, principalmente como alternativa diante da impossibilidade de reprodução, em geral, após várias tentativas infrutíferas de concepção.

Diante de tal impedimento, os pretendentes buscam na adoção uma maneira de viver as mesmas experiências que teriam se houvessem gerado a criança, fato que pode ser evidenciado pela busca de semelhanças físicas com o adotando e a restrição quanto à idade da criança, dando preferência às mais jovens e recém-nascidas. Esses fatores têm a função de auxiliar na identificação dos adotantes com a criança.

Berthoud (1997) esclarece que é primordial entender o impacto da infertilidade na vida dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à esterilidade masculina, haja vista que a mesma

estaria ligada a sua masculinidade, ou seja, à confirmação de sua virilidade perante a si e a sociedade.

Nesse sentido, Maldonado (2001) ressalta que em muitos países, como o Brasil, confunde-se virilidade com fecundidade, sendo que “o homem só é “macho” quando consegue engravidar a mulher, e, de preferência, ter filhos do sexo masculino. Além disso, comenta que quando a mulher demora a engravidar, surgem comentários carregados de pena, assim como comentários maliciosos de familiares e de amigos, colocando em dúvida a masculinidade do marido e acusando a mulher de incompetente e culpada, por não produzir filhos.

A referida autora comenta que a esterilidade pode suscitar uma gama de sentimentos, não só no adotante como também nos familiares e amigos mais próximos. Aponta ainda que há pessoas que não desejam ter filho, pois muitas vezes decidem priorizar outros papéis que não os de ser pai e mãe. Entretanto, tal decisão torna-se muitas vezes fonte de conflito, tendo em vista a cobrança da sociedade, dos companheiros, familiares e amigos para tanto. Dessa forma muitos acabam optando pela adoção para responder à pressão da sociedade do que pelo real desejo de ter um filho.

Schettini Filho (2006) salienta outros fatores que motivam as pessoas a adotar dentre eles o desejo de aumentar o número de filhos, diante da impossibilidade de gerá-los ou mesmo pelo fato de os pais não estarem dispostos a passarem pelo processo de gestação novamente. Outro motivo ressaltado pelo autor diz respeito ao fato de o filho adotivo vir a substituir a perda de um filho biológico. Com relação a isso, o autor considera que muitas vezes os pais adotivos, ao não conseguirem elaborar o luto, projetam no filho adotivo o filho que perderam, o que pode acarretar em dificuldades na aceitação da criança adotada.

Do ponto de vista de Berthoud (1997), a adoção não deve ser encarada como solução de problemas sociais, nem como para a solução de conflitos conjugais, nem mesmo como gesto de caridade.

Diniz (1994) avalia ainda que motivos como não ter a quem deixar a herança ou mesmo a necessidade de amparo e companhia na velhice, são razões insuficientes para justificar uma adoção, havendo certamente outro meio, que não a adoção, para a resolução de tais questões.

Berthoud (1997) sustenta que ao se falar sobre adoção, reações emocionais diversas são mobilizadas. Diante disso, diz ser necessária uma melhor compreensão sobre o tema, no que diz respeito ao seu aspecto social, jurídico e, principalmente no que se refere ao seu aspecto pessoal.

Weber (1999) ressalta que as pessoas não costumam preparar-se psicologicamente para receber um filho, quer seja, um filho biológico, quer seja um filho adotivo. Acrescenta que preparar-se para ser pai e/ou mãe diz respeito a refletir sobre as próprias motivações, riscos, expectativas, medos; tomar consciência dos limites e possibilidades de si mesmo, dos outros e do mundo; ter consciência de que esta preparação deve ser contínua. “(...) é a compreensão de que todos nós estamos sempre em um processo dinâmico de construção e reconstrução, desde os sentimentos e desejos, até os códigos sociais de ética e de moral” (p.35).

Diniz (1994) considera ser de extrema importância que se busque analisar e refletir a respeito das reais motivações do adotante. Ressalta que quando o motivo de adotar é a esterilidade, por exemplo, há de se levar em consideração que na maioria dos casos em que um casal requer adoção, apenas um dos cônjuges é estéril, o que pode acarretar em problemas na dinâmica conjugal e familiar. Além disso, pode existir uma disparidade no que diz respeito à motivação de adotar, uma vez que um deles pode estar extremamente motivado e o outro apenas não se opor.



Considerando a existência dos referidos preconceitos, estereótipos e motivações existentes, viu-se a necessidade de se legislar a respeito da questão. O que pode ser percebido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 43, o qual prevê que “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”.

Nesse sentido Reppold & Hutz (2003) salientam que o referido artigo fomentou discussões e divergentes opiniões em torno dos critérios para a habilitação dos pais adotivos e de suas respectivas motivações. Diante disso, esclarecem que alguns pesquisadores da área defendem a importância de se averiguar os reais interesses do adotante, já que tais motivações estão diretamente ligadas à qualidade da interação entre pais e filhos adotivos. Em contrapartida, aponta que autores como Casselato (1998), Coimbra (1999) e Weber (1997) interrogam se de fato é relevante que se averigüe os interesses do adotante no processo de habilitação para adoção, uma vez que “alguns técnicos subestimam a capacidade de adaptação dos adotivos, contra-indicando a adoção, sem oferecer aos candidatos espaço para reflexão e preparação para mudanças” (p. 26).

Por fim, citamos Berthoud (1997), a qual evidencia que os processos psicológicos a níveis inconscientes e conscientes mobilizados na dinâmica da paternidade são realmente complexos e ainda não estão suficientemente estudados para que possamos compreendê-los completamente, o que ressalta a importância de se estudar tal temática.

## **2 – CAPÍTULO METODOLÓGICO**

A proposta metodológica deste trabalho baseou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa propostos por González Rey, intitulada de Epistemologia Qualitativa. Dessa forma, antes de expor o procedimento metodológico utilizado na presente pesquisa, faz-se relevante explanar brevemente a respeito da pesquisa qualitativa e mais especificamente sobre a Epistemologia Qualitativa.

### **2.1 – Pesquisa Qualitativa e a Proposta de Epistemologia Qualitativa**

A psicologia no percurso de sua história, tendo o intuito de afirmar-se enquanto ciência, adotou o paradigma moderno cientificista e positivista o qual acaba por fragmentar e descontextualizar o objeto de estudo da construção do saber. Diante de tal fato, a abordagem qualitativa pode ser vista como uma alternativa frente às formas dominantes de quantificação que tem hegemonizado as ciências sociais e, de forma particular, a Psicologia (Campos, 2001).

Segundo Flick (2009) o método quantitativo possui suas limitações, as quais estão relacionadas, entre outros fatores, à sua obsessão pela objetividade, que prima por controlar a influência do pesquisador sobre o pesquisado, o que favorece a utilização do método qualitativo. O método qualitativo, por sua vez, considera a influência, mais precisamente a subjetividade do pesquisador, assim como a subjetividade dos demais envolvidos, como fator fundamental para a construção do conhecimento.

De acordo com González Rey (2002) a abordagem qualitativa no estudo da subjetividade interessa-se por estudar os complexos processos que constituem a subjetividade, não tendo como objetivos a predição, a descrição e o controle.

Flick (2009) ressalta ainda importância da pesquisa qualitativa frente à diversidade de contextos e modos de vida coexistentes na atualidade e suas peculiaridades, os quais demandam sempre novas reflexões do pesquisador. Diante de tal diversidade, esclarece que, para alguns autores pós-modernos, as construções teóricas estão relacionadas a contextos específicos, em dados momentos históricos e, portanto, devem limitar-se a dizer sobre tal realidade, o que leva a refutar-se interpretações padronizadas.

González Rey (2005) considera que dentro da psicologia houve uma tendência a separar a produção teórica da investigação científica. A proposta de epistemologia qualitativa, segundo ele, busca a reintegração desses dois elementos. O autor considera a pesquisa qualitativa como um importante meio para a produção teórica, a qual se caracteriza como “um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica” (p.29).

Segundo González Rey (2005), o aporte teórico facilita a percepção do pesquisador diante dos fenômenos empíricos. No entanto o pesquisador, ao deparar-se com a realidade estudada, é responsável por realizar novas reflexões a respeito do assunto, e dessa forma construir novos constructos teóricos, os quais devem ser constantes.

Ainda no que diz respeito à teoria, González Rey (2005) considera que existem dois níveis, os quais estão diretamente relacionados entre si, quais sejam: o nível macro e o nível local. O nível macro compreende as construções já existentes, as quais facilitam a leitura dos fenômenos empíricos. Contudo, tais construções teóricas não conseguem abarcar todos os fenômenos que surgem na pesquisa. Daí a importância do nível local, o qual agrupa as novas representações e conceitos que surgem no decorrer na pesquisa, os quais irão confrontar-se com as construções já

existentes, promovendo novas reflexões e possibilitando o surgimento de novas zonas de sentido a respeito do assunto estudado.

É importante frisar que a epistemologia qualitativa tem como proposta estudar os fenômenos psicológicos de uma perspectiva epistemológica distinta do modelo quantitativo positivista, o qual se destaca por sua recusa teórica e por sua busca incessante pelo acúmulo de dados quantificáveis, por meio de instrumentos e técnicas rígidas, as quais acabam por ignorar o caráter reflexivo do pesquisador. Entretanto, não desconsidera o momento empírico, nem tão pouco reduz sua relevância, e sim o compreende como um momento inseparável do processo de produção teórica.

González Rey (2002) esboça três princípios que fundamentam a epistemologia qualitativa, os quais, segundo ele, têm profundas consequências a nível metodológico. O primeiro princípio diz respeito à afirmação de que “o conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa”. Este princípio parte do pressuposto que o conhecimento é uma produção humana e não uma revelação linear da realidade, tendo seu caráter interpretativo diante da necessidade de se dar sentido ao que é expresso pelo sujeito, cuja significação para o problema estudado é somente indireta e implícita.

Sendo assim, durante a interpretação, o pesquisador irá integrar, reconstruir e apresentar diversos indicadores obtidos durante a investigação. Entretanto, a interpretação não pode ser concebida como um processo de redução de riquezas e diversidade do objeto estudado e sim como um processo de complexidade progressiva, que se constrói através na unicidade e complexidade do sujeito. A teoria, por sua vez, estará presente durante todo o processo interpretativo. Porém, não como um conjunto de regras *a priori*, capazes de abarcar todos os processos únicos e imprevisíveis da pesquisa, mas como a base que fundamentará as construções teóricas do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo.

O segundo princípio da epistemologia qualitativa ressalta o “caráter interativo do processo de produção de conhecimento”. Este princípio põe em evidência a dimensão relacional entre pesquisador e pesquisado e sua fundamental importância para a construção do conhecimento e do desenvolvimento das pesquisas nas ciências humanas. O autor considera que esse caráter interativo da produção do conhecimento concede aos diálogos um lugar de destaque, momento no qual esses indivíduos “se envolvem emocionalmente e comprometem sua reflexão em um processo em que se produzem informações de grande significado para a pesquisa” (p.34).

Por fim, o terceiro princípio, evidencia a “significação da singularidade como nível legítimo da produção de conhecimento”. Com tal afirmação o autor expõe que a singularidade foi pouco considerada dentro da história como fonte legítima de conhecimento. Entretanto, a pesquisa qualitativa irá considerá-la como essencial, uma vez que “o conhecimento científico, a partir do ponto de vista qualitativo, não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão” (González Rey, 2002, p.35).

Dessa forma, a expressão individual do sujeito adquirirá significação de acordo com o lugar que ocupa em determinado momento na produção de idéias por parte do investigador. Sendo assim, a informação obtida por um sujeito singular poderá sim ser considerada como um conhecimento significativo, sem que tenha que, necessariamente, repetir-se em outras realidades, como é o caso da pesquisa quantitativa.

Para finalizar este tópico, recorreremos a Bachelard (s/d), (citado em Goldenberg, 2001), que sintetiza a idéia geral do que foi apresentado: “A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir” (p.13).

## **2.2 – Procedimentos Metodológicos**

### **2.2.1 – Sujeitos**

No que tange ao número de sujeitos estudados na pesquisa, González Rey (2005) tece críticas com relação à amostra utilizada na pesquisa quantitativa, a qual, embora seja útil para determinados tipos de pesquisas, possui suas limitações epistemológicas, ligadas ao fato de ignorar a individualidade do sujeito e seus aspectos subjetivos diante da sua proposta de generalização. Acrescenta que os pressupostos epistemológicos da pesquisa quantitativa são totalmente opostos ao da epistemologia qualitativa, uma vez que estes não conduzem ao conhecimento dos aspectos qualitativos do tema estudado.

O autor considera que o sujeito é a unidade essencial para os processos de construção na pesquisa qualitativa, pois “a singularidade é a única via que estimula os processos de construção teórica portadores de um valor de generalização perante o estudo da subjetividade” (p.113).

A presente pesquisa teve como participante uma pretendente à adoção, inscrita no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) em uma Vara da Infância e Juventude do estado de Goiás. Os encontros foram realizados em uma sala de atendimento disponibilizada pela Vara de Infância da localidade na qual se deu a pesquisa.

Ressalta-se que todos os nomes mencionados foram modificados a fim de preservar a identidade dos indivíduos.

### **2.2.2 – Cenário da Pesquisa**

”A construção do cenário de pesquisa tem por objetivo apresentar a pesquisa para os possíveis sujeitos que dela vão participar, e sua função principal é envolver o sentido subjetivo dos que participam da pesquisa” (González Rey, 2005, p. 83).

O primeiro contato com a participante da pesquisa deu-se por meio telefônico. Neste momento, foi apresentada a ela uma breve explanação a respeito dos objetivos da pesquisa e de quais atividades seriam realizadas. Além disso, foi esclarecido que a participação era voluntária e que se por ventura viesse a se sentir constrangida ou desconfortável durante a pesquisa poderiam abandoná-la a qualquer momento, sem que isso lhe trouxesse qualquer dano. Ressaltou-se que os resultados seriam divulgados em forma de monografia, mas que se garantiria o sigilo de dados que pudessem vir a identificá-la, sendo publicados apenas os resultados obtidos.

O presente estudo teve autorização prévia do comitê de ética em pesquisa, do juiz responsável pela referida Vara, da psicóloga da equipe psicossocial da infância e juventude, assim como da participante, por meio de termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C).

É importante frisar que a pesquisadora teve acesso às pessoas cadastradas e seus respectivos telefones por intermédio da psicóloga do setor. Ao se ter acesso à listagem de candidatos, constatou-se que haviam poucas pessoas cadastradas, sendo que algumas delas moravam em outros municípios, o que reduziu ainda mais a quantidade de possíveis candidatos a serem pesquisados.

### **2.2.3 – Instrumentos**

González Rey (2005) define como instrumento “toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa” (p. 42). Dessa forma, o instrumento deve ser utilizado como um recurso para promover a interação entre pesquisador e sujeito pesquisado, que irá favorecer a expressão aberta e comprometida desse último, de forma a envolvê-lo emocionalmente.

Na pesquisa qualitativa utilizam-se os mais diversos recursos instrumentais, como discussão de filmes, uso de fotografias, questionários, redações, etc, escolhidos de forma a propiciar a expressão natural e autêntica dos participantes, por meio de distintas formas de expressão, a fim de estimular o surgimento de novas expressões e sentidos subjetivos.

Diante da proposta de empregar a epistemologia qualitativa como método, buscou-se utilizar instrumentos abertos bem como formas orais e escritas para a coleta das informações. Sendo assim, foram utilizados dois tipos de instrumento, quais sejam: Dinâmica Conversacional e Complemento de Frases. O complemento de frases (Anexo 2) é uma adaptação feita por González Rey a partir do teste projetivo de Rotter. O referido instrumento é composto de frases incompletas, as quais são apresentadas à pessoa, de forma que a mesma é orientada a completá-las com aquilo que primeiro vier a sua mente ao ler a frase.

É importante frisar que o complemento de frases é formado por indutores breves a serem completados pelo sujeito de pesquisa, os quais podem possuir desde um caráter mais geral, a um mais específico, relacionado a experiências ou a pessoas específicas, tendo o objetivo de fazer com que o indivíduo expresse-se de maneira intencional.

No entanto González Rey (2005) aponta que o complemento de frases explicita tanto informações diretas, ligadas à intencionalidade do indivíduo, quanto indiretas, associadas à maneira na qual esse indivíduo se expressa, assim como a maneira como essas expressões irão relacionar-se às demais respostas dadas pelo sujeito.

A vantagem da utilização do complemento de frases está no fato de tal instrumento permitir que os indivíduos expressem sentidos subjetivos referentes aos mais diversos âmbitos de suas vidas, independentemente do conteúdo explicitado em cada indutor.



Outro recurso utilizado nesta pesquisa foi a dinâmica conversacional. Na aplicação de tal instrumento, foi utilizado um roteiro de perguntas (Anexo 1). Vale ressaltar que tal roteiro não implicava em um direcionamento do diálogo, funcionando apenas como um guia de questionamentos relevantes a serem levantados no decorrer da pesquisa.

González Rey, ao propor a passagem de uma epistemologia da resposta para uma epistemologia da construção, permite que o pesquisador ultrapasse a idéia de estímulo-resposta e passe a interagir com o pesquisado, possibilitando o surgimento de “sistemas conversacionais”, os quais serão responsáveis pela produção do “tecido de informação”, por meio de uma expressão compromissada do sujeito, facilitando a expressão de seus sentidos subjetivos.

Para o autor os instrumentos escritos não obtêm informações mais legítimas do que os instrumentos verbais, uma vez que entende que todos os tipos de informações oriundas dos instrumentos utilizados combinam-se, possibilitando o surgimento de indicadores. Acrescenta que o instrumento deve possibilitar uma dinâmica conversacional, onde o sujeito não só responda às perguntas do pesquisador, mas também construa suas próprias indagações e reflexões, possibilitando ocupar um papel ativo, tornando-se sujeito desse processo.

Dessa forma, considera-se que a entrevista na pesquisa qualitativa tem sempre o propósito de converter-se em um diálogo onde o pesquisador depara-se com aspectos dos quais não tinha considerado em suas hipóteses, os quais são de suma importância para a construção da informação.

González Rey (2005) salienta que “a comunicação é uma via privilegiada para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo que caracterizam os sujeitos individuais e que permitem conhecer o modo como as diversas condições objetivas da vida social afetam o homem” (p.14).

### 3 – CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nesse capítulo apresentamos a construção de informação a partir da dinâmica conversacional e do complemento de frases da participante da presente pesquisa. A princípio tinha-se o intuito de estudar três eixos temáticos principais, quais sejam: (1) a motivação do adotante; (2) a influência da família e da sociedade na decisão de adotar e (3) as crenças, medos e preconceitos que permeiam esse processo. Contudo, acrescentou-se um quarto eixo temático, o qual foi trazido por Teresa no decorrer das conversações, a saber: (4) o candidato a adoção e o contexto jurídico, fato que enriqueceu e forneceu mais subsídios para a produção das informações. Segue abaixo a construção da informação de Teresa.

#### 3.1 – Construção da Informação: Teresa

Teresa é uma senhora de 57 anos. Esteve casada por 38 anos, tendo ficado viúva há sete anos. Desta união, teve três filhos, os quais não moram mais consigo, uma vez que todos são casados e possuem seus respectivos filhos.

Inscreeveu-se no Cadastro Nacional de Adoção – CNA, há cinco anos. No início de 2009, entrou com pedido de adoção de uma criança, a qual está sob sua tutela desde o nascimento, há aproximadamente um ano. A adoção foi do tipo *intuitu personae*, a qual a genitora é quem escolhe a quem irá dar seu filho em adoção. Até o presente momento, possui somente a guarda da referida criança, João, visto que o processo de adoção ainda encontra-se em andamento.

Atualmente reside apenas com o filho adotivo. No entanto, seus filhos e netos frequentemente dormem em sua casa pra lhe fazer companhia, assim como para auxiliar nos cuidados com João. Teresa demonstra ser bastante ligada à sua família, em especial a uma de suas

netas, que segundo ela a acompanha em todos os momentos que necessita. Ao longo da entrevista foi possível constatar que seus filhos e netos configuram a maior parte da suas relações de afeto.

Possui pouca instrução, tendo estudado apenas até o 3º ano do ensino fundamental. Devido a isso, lê e escreve com dificuldade. Contudo, com intuito de aprimorar a sua leitura e escrita, retornou aos estudos recentemente. Demonstrou, ao longo da conversação, ser uma pessoa bastante otimista, determinada, disposta e ativa.

Seu histórico de vida é semelhante ao de várias pessoas provenientes de cidades do interior do nordeste brasileiro, as quais, por vezes, deslocam-se para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Trabalhou desde muito cedo, junto à sua família, em um canavial. Permaneceu neste ofício até o final de sua adolescência, quando se casou, mudou-se para o centro-oeste e passou a ocupar-se dos cuidados da sua casa e de seus filhos.

### **3.1.1 – Motivação**

Teresa relata que cresceu rodeada de pessoas e que se casou com a intenção de ter dez filhos, porém só concebeu três. Refere que desde que teve seus filhos tinha *“um sonho, o de adotar uma criança”*, que *“sempre achou bonito ter uma família grande”*, mas seu marido sempre se opunha quando comentava sobre o assunto. Diante do falecimento de seu esposo, confessa que passou a sentir-se muito solitária: *“... desde que ele faleceu, eu fiquei só. Faz sete anos que ele faleceu, tá fazendo hoje sete anos. Aí eu fiquei só”*.

Expõe que passar a morar sozinha não foi uma experiência nada fácil e que inclusive achou que não conseguiria superá-la. Contudo, coloca que com o passar do tempo aprendeu a conviver

com a solidão, mas afirma que não é algo com o qual se acostumou. No complemento de frases, o qual foi realizado oralmente, a pedido de Teresa, ela diz:

- Considero que posso *realizar muitas dificuldades na vida. A gente sempre tem algumas dificuldades, mas a gente supera.* **E. A Sra. consegue pensar em alguma dificuldade?** *A de viver sozinha, de morar sozinha. No começo a gente acha que não vai sabe. Quando as coisas acontecem a gente acha que não vai superar aquilo ali. Mas com o tempo a gente vê que pode superar.* **E. E como está sendo isso pra Sra.?** *Agora já é natural. Agora que eu já acostumei. Mas no começo não foi nada fácil. A gente aprende a conviver. A gente não acostuma, a gente aprende a conviver com ela.*

Diante do exposto por Teresa é possível constatar como a morte de seu esposo e a conseqüente realidade de morar sozinha foram questões bastante marcantes e difíceis de serem superadas. Entretanto, apesar das dificuldades, ela foi capaz de avançar. É possível afirmar que as dificuldades em questão não se constituíram de elementos paralisantes, mas passaram a fazer parte de sua vida e ela se vê com recursos para continuar, ainda que afirme que não se acostumou com tais dificuldades.

Sobre seu sentimento de solidão, ela confidencia:

- Secretamente eu ... *são coisas do coração né? As coisas que a gente quer realizar, mas tem medo né. Por exemplo, eu, eu penso às vezes: "ah, eu vou namorar". Mas o pessoal fala... aí eu vou e fico com medo né. Porque eu tenho medo, tenho medo de me machucar.*

Através do revelado por Teresa no complemento de frase situado acima é possível perceber que ela sente vontade de ter um novo companheiro. Todavia, expõe que tem receio de tomar tal atitude. Nesse momento, embora não tenha deixado explícito em sua fala, aparece o possível receio

de sofrer algum tipo de preconceito por parte da sociedade, uma vez que é viúva e tem quase sessenta anos. Dessa forma pode-se perceber a influência do meio social no qual Teresa está inserida e como o discurso desse meio tem forte peso em sua decisão de continuar solteira. Vale ressaltar que não se deve pensar nesse fato como uma reprodução ou mera interiorização do social, mas como um processo de produção de sentido por parte de Teresa.

No que diz respeito a seu sentimento de solidão, Teresa expõe:

- Quando estou sozinha *bate a solidão né. Por isso é que eu não gosto de ficar sozinha. Eu faço tudo pra não ficar sozinha. Quando eu estou sozinha eu ligo o rádio, ele fica falando perto de mim a vida toda, fala baixinho, mas ele fala. Tudo que eu faço é com o radinho ligado. Ele fala sem parar. Se eu desligo um pouquinho, eu vou pra televisão, assistir jornal. Eu não me sinto bem numa casa sozinha assim, naquele silêncio, eu não gosto. **E o que a Sra. costuma fazer quando bate a solidão?** Eu deixo o rádio ligado o dia todinho quando bate a solidão. Porque quando fico sozinha assim dá medo. Aí eu saio, vou andar.*

Teresa aponta ainda em vários momentos seu desejo de sair e viajar, tal como pode se constatar nos complementos de frase a seguir:

- Sinto vontade *de sair, viajar.*
- Sempre quis *viajar. Viajar pra qualquer lugar que antes eu não conseguia. Ultimamente eu tô conseguindo.*
- Me propus... *ah, muita coisa né, hoje eu vou sair, hoje eu vou ao supermercado, hoje eu não vou fazer nada, hoje eu vou lá no shopping, só passear, hoje eu vou ao zoológico.*
- Com frequência sinto *quando tá esses dias de chuva, bem nublado, aqueles dias que eu fico assim... eu não gosto daqueles dias, eu fico com medo. A gente se sente assim, insegura. Eu gosto quando tá um dia de sol assim sabe, parece que o mundo tá bem aberto*

*pra gente. Parece que tá chamando a gente pra viajar. Pra sair de dentro de casa, pra andar.*

Diante dos trechos acima, percebe-se que a solidão configura-se como um “fantasma” na vida de Teresa. Quando se encontra solitária, principalmente em casa, sente medo e nesses momentos busca alternativas para ocupar seu tempo, como uma forma de fugir desse sentimento, desse fantasma que a cerca quando está sozinha.

Comenta ainda que chegou a residir com um de seus filhos durante algum tempo, mas que ela e sua nora não se deram bem. Sendo assim, voltou a morar sozinha e foi nesse momento que, segundo ela, tomou a decisão de adotar: *“Fiquei morando uns tempos na casa do meu filho, mas não deu certo com a minha nora né. Aí eu fui morar sozinha. Aí eu falei assim: “eu vou adotar uma criança”.*” Mais a frente ela revela que de fato viu na adoção uma maneira de não ficar sozinha, de ter alguém para lhe fazer companhia: *“Eu adotei a criança pra ficar comigo, pra me fazer companhia, pra depois eu não ficar sozinha.”*

Mattos & Nunes (1981) sinalizam que são vários os motivos que levam as pessoas a decidirem pela adoção. Como um dos motivos, apontam que muitas pessoas solteiras, viúvas, ou mesmo casais que não têm mais seus filhos morando consigo, optam por adotarem uma criança como forma de fazer-lhe companhia, de “preencher um vazio”.

No que diz respeito à Teresa, tendo como base trechos de sua fala anteriormente citados e relacionando-os à citação acima, é possível afirmar que a opção pela adoção, nesse momento, foi uma das formas encontradas pela mesma de completar sua vida, de “preencher o vazio” deixado após o casamento dos filhos e a morte do marido. Perante de tal afirmação, faz-se relevante citar Maldonado (2001), a qual considera que:

Nesse contexto, a idéia da adoção surge com a esperança de grande promessa de recuperação do sentido da vida, pondo fim ao tédio, ao vazio, à solidão e à sensação de inutilidade. Aí estão as raízes das grandes expectativas com relação à criança adotada, colocada na posição do herói-salvador (p.35).

Diante do exposto por Teresa e tendo em mente tal afirmativa acima, pode-se pensar que de fato a busca pela adoção por parte de Teresa parece estar diretamente relacionada à procura por novos sentidos em sua vida o que, a princípio, seria extremamente saudável. Entretanto, o problema surge quando todas as esperanças de retomada do sentido da vida são depositadas na criança adotiva. Por um lado, porque Teresa criou muitas expectativas em torno de algo que poderia não se concretizar e, dessa forma, emoções como medo, angústia e frustrações poderiam ser geradas. Por outro, porque caso ela concretizasse seu intento de adotar uma criança, a última poderia não corresponder às suas expectativas, o que poderia também ser um elemento gerador de frustração para Teresa e de emocionalidades negativas, tanto para ela quanto para a criança o que, conseqüentemente, levaria a uma adoção mal sucedida por assim dizer.

Teresa conta que a adoção mudou sua rotina de vida:

*Porque agora tem muitas coisas que eu não posso fazer. Primeiro eu fazia, agora eu não posso. Porque, por exemplo, a gente sair pra fazer ginástica, fazer caminhada. Agora não dá tempo. Eu vou no dia que dá certo, que tem alguém pra ficar com a criança. Porque é uma criança, não pode deixar a criança sozinha. Tem que alguém ficar com ele. Porque primeiro ele, depois as outras coisas. Quando eu saio pra algum lugar eu levo ele, porque ele não pode ficar sozinho. Em primeiro lugar é ele.*

Em outro momento aponta: *“A pessoa que quer adotar uma criança, tem que saber que na hora que ela chegar, muitas coisas que fazia, vai ter que deixar de fazer.”*

Os trechos acima sinalizam uma questão importante que é o fato da rotina diária de Teresa ter modificado-se bastante com a chegada de João. Inclusive parece que em alguns momentos ela sente falta de ter tempo para si. Entretanto, isso não parece ser algo problemático para sua vida. Ao contrário, parece ter sido algo positivo, uma vez que foram inseridas novas atividades em sua rotina, as quais mantêm sua disposição vital.

Ao serem indagados quais os motivos que, em sua opinião, em geral, movem as pessoas a adotar Teresa diz que não saberia dizer exatamente, mas acrescenta que adotou porque sempre achou tal ato *“muito bonito”*. Relata que quando visitava as instituições de abrigo tinha muita vontade de levar as crianças para morar consigo: *“(...) quando a gente vê aquelas reportagens sobre criança sem lar né. Quando a gente vai nos orfanatos, a gente vê aquelas crianças pedindo pra gente levar. Dá vontade de pegar quem quer ir e levar, mas não pode. Eu já tive muita vontade de fazer isso.”* Ainda a esse respeito comenta: *“Ah, era tão bom. Eu chegava lá. Ai as crianças vinham encontrar a gente. É bom, a gente chega, acolhe eles com aquela calma, leva as coisas pra eles. É muito bom, é muito gratificante.”*

Teresa utiliza a palavra gratificante para expressar em vários momentos seu sentimento em relação à adoção, como no último trecho citado acima. Dessa forma, a adoção para ela parece ter sido algo bastante prazeroso, algo que tenha lhe trazido satisfação interior. Entretanto, aqui surge um indicador de que Teresa vê a adoção como um ato de bondade e caridade, como forma de ajudar ao próximo. Berthoud (1997) sinaliza o risco que se corre ao tomar a adoção como solução para problemas de ordem social ou mesmo como gesto de caridade. Concordamos com a afirmativa da



referida autora, uma vez que se a única ou mais importante motivação do adotante é a caridade, pode ser estabelecida uma relação de bem feitor e beneficiado. Fato que pode tornar-se prejudicial tanto para o adotante quanto para o adotado, no que diz respeito à relação mãe e filho, bem como a constituição do vínculo afetivo entre eles.

### 3.1.2 Influência da Família e da Sociedade

Ao ser indagada a respeito do posicionamento de sua família diante de sua decisão de adotar, ela esclarece que inicialmente a mesma não era a favor, embora seus filhos não tenham tentado impedi-la ou mesmo fazê-la desistir de sua vontade, respeitando sua decisão. Analisemos o trecho a seguir:

*Minha família no começo não queria. Mas meu filho falou “a senhora é forte, a senhora faz o que a senhora quiser. E ninguém vai contra a senhora. O que a senhora fizer, tá feito(...). Aí eu fiquei assim e falei pra minha filha, minha filha mais velha que não queria e ela falou: “mãe, vamos ver no que vai dar”. Aí eu peguei o menino.*

Pode-se constatar que mesmo que os filhos de Teresa não tenham sido favoráveis a sua decisão, o fato deles terem acatado sua vontade foi fundamental para que ela prosseguisse em seu intento de adotar. A respeito dos filhos, ela relata:

- Acredito que minhas melhores atitudes é *cuidar da minha casa, dos meus filhos.*
- Meus maiores desejos é *ver todos os meus filhos bem, financeiramente. Porque quando a criança tá bem, quando os nossos tão bem, a gente também tá bem. Mas quando um deles tem problema, a gente também tem problema. Aí a gente fica assim: “ai, eu to aqui, mas*

*fulano ta mal”. A gente fica pensando na pessoa né. Quando tá todos bem, a agente também ta bem.*

*- Minha família pra mim é tudo de bom. Família é o cheiro da casa. É tudo. Família é o cheiro da casa. Família é o principal. O principal da vida de gente é a família. A pessoa sem família não é nada.*

Ressalta-se que os filhos e netos frequentemente aparecem em seus relatos, revelando que estes são bastante presentes e importantes para si. É possível afirmar que sua vida, basicamente, gira em torno dos filhos e dos cuidados com a casa. Sendo assim, o papel que desempenha como mãe é algo bastante forte em sua configuração subjetiva, como também pôde ser visto nos complementos de frase acima.

Diz ainda que seus filhos conversavam consigo sobre a possibilidade dela não conseguir adotar, uma vez que acreditavam que tal processo seria demasiadamente demorado.

*“Eu acho que eles achavam que eu não ia conseguir né. Porque eu vivo junto da minha neta, pra todo lugar que eu vou, ela vai. Ela que me ajuda. Mas ela falava: “você não vai conseguir, demora tanto”. Mas tem gente que consegue viu, eu já vi pela televisão falando. E eu falava: “Eu vou conseguir! Eu vou conseguir. Um dia eu consigo”. Porque com meu esforço, até hoje, eu nunca deixei de conseguir. Quando eu falo que vou fazer alguma coisa. Eu vou tentando até conseguir”.*

Com base no trecho acima pode-se pensar que seus filhos posicionavam-se de maneira um pouco pessimista com relação à adoção. Ela, por outro lado, demonstra ter um posicionamento bastante otimista:

*“Quando a gente quer uma coisa, sempre consegue. Fica na esperança, na expectativa que um dia vem. É igual a gente quando joga... a gente num joga no jogo não é pra ganhar? A gente tava num jogo, aqui é que nem jogo, um dia a gente vai ganhar... É questão de dia. Um dia chega.”*

*- Não posso não... A gente sempre pode né. Tem coisas que só se a gente não quer mesmo. Quando a gente quer, tudo a gente pode”.*

É importante ressaltar que Teresa evidencia, não só no que diz respeito à adoção, mas também em vários momentos do diálogo, ter uma visão otimista da vida, assim como demonstrou ser uma pessoa batalhadora e perseverante. Ela avança sem ter medo dos obstáculos, embora saiba que eles existam.

No que diz respeito ao posicionamento da sociedade diante de sua decisão de adotar, afirma não ter sofrido preconceito, embora tenha comentado que algumas pessoas do seu meio social questionavam ou mesmo criticavam sua decisão, dizendo, por exemplo, que ela poderia ocupar seu tempo de outra forma, aproveitando para realizar passeios e viagens.

*“As pessoas falavam: “Ao invés da Sra. sair, passear, viajar, vai adotar criança?”. Aí ficavam: “Me adota, que eu já sou grande. Vai adotar uma criança?”. Aí eu falava: “não, eu quero é uma criança”.*

Contudo, tais opiniões, ao que tudo indica, não parecem ter pesado em sua decisão de adotar uma criança.

Teresa comenta ainda sobre a relação da família e da sociedade com João:

*“Aí todo mundo, na hora que João chegou, aí todo mundo abraçou... quando eles chegam em casa perguntam como tá o João. Depois que se lembram de mim, primeiro é o João. João agora é o xodó, de todo mundo. Tanto da família, quanto dos de fora”.*

*“Agora na minha família tudo que pensa é pra criança. É a família, é os filhos, tudo pensa na criança. O grupo que eu participo de ginástica pra terceira idade, aí eu deixo a criança. Quando eu chego lá todo mundo pergunta:”como é que tá o João? Aí na sexta-feira eu levo ele, se tiver um tempo bom. Como é que tá o João?”. Todo mundo fica babando. “Calma, tem filho pra todo mundo (risos)”.*

Pode-se perceber como ela menciona com satisfação o fato de seu filho adotivo, João, ter sido aceito por sua família, assim como pela sociedade, como os amigos do grupo da terceira idade do qual participa, evidenciando dessa forma a importância que teve para ela a aceitação de João dentro dos grupos nos quais está inserida.

### **3.1.3 Crenças, medos e preconceitos**

Teresa crê que algumas pessoas são preconceituosas em relação à adoção, embora não se considere uma pessoa preconceituosa. Entretanto, ela demonstra ter receio a respeito da origem da criança: *“A gente pega assim, tá assumindo ele, mas não sabe como é que vai ser. Não sabe como é que é, como é que ele vai ser, de onde ele veio, a origem dele, a mãe dele...”*. Em outro momento da conversação ela comenta:

*Eu ficava assim com medo, porque quando a gente pega uma criança, vem igual a um pacote fechado. Eu peguei o João igualzinho a um pacote fechado, não sabia o que é que vinha, o que é que tinha dentro, a gente pega tudo. Com o tempo é que a gente vai ver se a criança é saudável (...). A gente vai ver aos poucos. Quando a gente abre aquele pacotinho é que a gente vai ver. Igual quando a gente ganha uma presente né. A gente ganha aquele presente. Tá naquela ansiedade né, pra saber o que tem dentro.*

O trecho acima evidencia mais uma vez a preocupação que Teresa possui com relação à origem da criança, sua herança genética. Vargas, (1998) sinaliza que embora se tenha o conhecimento de que a educação exerce tanta influência quanto às questões de ordem biológicas, o temor à hereditariedade patológica da criança adotiva se constitui num dos principais fantasmas que assombram os pais adotivos.

A partir do exposto é possível perceber a importância que os laços consangüíneos têm nas representações e discursos dominantes em nossa sociedade. Dessa forma, quando o filho adotivo apresenta comportamentos aceitáveis pelos pais, o resultado é remetido à educação recebida pelos pais adotivos, mas se esta apresenta comportamentos inaceitáveis, remetem a culpa para o “sangue ruim” que a criança carrega. Em alguns casos crêem que o fato da criança ser adotiva é o motivo de todo e qualquer tipo de problema que a criança venha a enfrentar.

Teresa considera de suma importância que João quando for mais velho, saiba que não é seu filho biológico, uma vez que acredita que a omissão de tal fato poderá deixá-lo revoltado caso venha a descobrir através de outra pessoa. Acrescenta ainda que o sentimento de gratidão por parte de quem é adotado nem sempre existe: *“Eu penso no sentido... alguns agradece, outros não. Fica ao critério deles quando crescer”*.

Weber (1999) esclarece que por vezes, a criança adotiva é vista pela sociedade como uma criança problemática, revoltada e ingrata a quem lhe acolheu, incapaz de superar o “trauma” do seu abandono. Teresa parece compartilhar dessa idéia, uma vez que se faz presente em sua fala o medo da revolta por parte do filho adotivo bem como da possível ingratidão por parte do mesmo. Dessa forma parece haver uma generalização de características inerentes às crianças adotadas, fortemente enraizadas na subjetividade social.

Outro fator importante a ser ressaltado em relação ao preconceito que envolve a temática diz respeito ao perfil do adotando. Sabe-se que grande parte das pessoas que deseja adotar faz restrição quanto à idade da criança, dando preferência às mais jovens e recém-nascidas, assim como tem preferência por crianças do sexo feminino. Teresa encaixa-se no referido grupo, uma vez que optou por uma menina de zero a três anos de idade ao cadastrar-se no CNA.

Conclui-se, portanto que há uma enorme discrepância entre as crianças reais e aquelas imaginadas pelos adotantes. Tal discrepância poderia ser dirimida caso tais candidatos obtivessem um espaço de acolhimento e escuta ao procurarem as Varas de Infância e Juventude a fim de se cadastrarem, onde fosse trabalhada, entre outras questões, a flexibilização quanto às características da criança fantasiada, evitando possíveis frustrações.

No que diz respeito aos medos em relação à adoção ela expõe:

*Ai quando foi o dia do João chegar eu falei “agora é tudo ou nada né”. Eu já estava com tudo preparado, já tinha arrumado as coisas... eu perguntei (à mãe biológica de João): “você vai me dá mesmo?”. Ela falou: “pode comprar as coisas”. Ai eu comprei todas as coisas no sábado. Ai tava chovendo no domingo... aí choveu na segunda-feira. Na terça-feira eu lavei as roupas, mas não secou. Na quarta-feira ela me avisou (que João havia nascido). Ai fiquei com medo.*

O medo que Teresa diz ter sentido quando soube do nascimento de João pode estar ligado à sua incerteza com relação à reação da família diante da chegada da criança, uma vez que, conforme seu relato, seus filhos, embora tenham respeitado sua decisão, tinham um posicionamento que divergia do dela, o que pode ter sido uma fonte de sentimentos de angústia para a mesma.

Outra questão que pode ser apontada em relação ao trecho destacado anteriormente, diz respeito ao medo de que, embora a mãe biológica tenha lhe garantido que iria dar-lhe o filho, ela não viesse, de fato, a cumprir o que havia lhe prometido. Tal conflito fica bastante evidente no trecho abaixo:

*Quando nasceu o menino eu fiquei lá ajudando... naquela expectativa. Ela veio, deixou lá em casa. Aí ela foi dar de mamar e ele não quis mamar, não tinha leite. Aí começou a chorar. Fui no mercado, comprei e dei pra ele. Aí viemos no fórum, com advogado, mexer nos papéis. Aí chegou lá, deu um beijinho na criança e entregou. Eu achava que ela não ia entregar. Eu já tava até assim sabe, já tava até conformada que ela ia ficar com a criança. Ela olhou e falou assim: “tá vendo como eu te dei a criança? Ele é meu filho”. Eu falei: “eu sei”. E ela olhou pra ele e encheu os olhos d’água... “Eu dei a minha palavra e vou cumprir” e entregou a criança. Só beijou ele e entrou em casa.*

Pode-se pensar em como deve ter sido angustiante para Teresa este período, até mesmo porque ela já havia passado por outra experiência, que será abordada no próximo tópico, na qual uma gestante havia assegurado que lhe daria a criança assim que ela nascesse, mas não o fez.

Teresa afirma que tem medo que a genitora biológica de João o queira de volta: *“Eu ainda tenho sabe... chegar aqui... eu to só com a guarda. Quando eu vim aqui com o advogado ele falou que ainda tem esse perigo né. Ai, eu não quero nem pensar... esse perigo não vai acontecer não”*.

Entretanto, mais uma vez, Teresa mantém sua postura otimista diante da situação, o que não descarta a possibilidade de que Teresa ainda sinta medo e que isso continue sendo uma fonte de angústia para a mesma.

### 3.1.4 O adotante e o contexto jurídico

Logo no início de nosso diálogo, Teresa relata que assim que optou pela adoção, dirigiu-se até o fórum de sua cidade, em companhia de sua neta, a fim de dar entrada no processo de inscrição para adoção. Tamanho foi seu desapontamento ao comentar que já se passaram cinco anos desde então e que nunca obteve qualquer resposta por parte da justiça a esse respeito.

Ela comenta que ficou durante quatro anos na expectativa de que fossem ligar a qualquer momento para lhe informar que havia chegado sua vez de adotar. Relata que ficou bastante ansiosa durante esse período e crê que os outros candidatos tenham vivenciado o mesmo sentimento. Revela que chegou a montar o enxoval a fim de preparar-se para a chegada de sua futura filha adotiva. Porém desabafa que por vezes sentia-se cansada de esperar, relatando uma oportunidade em que se desfez de boa parte do que havia comprado, talvez como uma forma de não se frustrar ainda mais. Segue abaixo sua fala:

*Nesses quatro anos eu ficava todo mês naquela expectativa. Ai, eles vão ligar, vão vir aqui me falar: “vai sair uma criança pra senhora“. E eu esperava, cansava de esperar. E assim passou quatro anos nessa expectativa. (...) eu acho que elas estão na mesma ansiedade que eu (referindo-se aos candidatos à adoção). Isso eu tenho certeza. Porque a gente arruma... eu arrumei as coisas tudinho. (...) Ai ficava naquela expectativa. Ai peguei um monte de roupinha e dei. Ai falei: “não, não vou mais arrumar não.*

Ao indagar como ela lidava com todo esse misto de sentimentos durante todo esse processo de espera, expôs que buscava ocupar todo seu tempo livre com o intuito de não pensar no processo e, portanto não entrar em contato com tais sentimentos. Porém suas tentativas eram em vão, uma vez que não conseguia desligar-se.



Dessa forma pode-se perceber como de fato o processo de espera foi extremamente angustiante para Teresa. A questão do tempo de espera por parte dos candidatos à adoção é um aspecto de grande importância a ser considerado, uma vez que esse tempo de espera por vezes tem um prazo indeterminado, podendo resultar em sentimentos de angústia, ansiedade e incertezas para os postulantes à adoção.

Teresa comenta que chegou a ir algumas vezes ao fórum, durante esse período, a fim de acompanhar o andamento do processo, mas desabafa que a única resposta obtida era a de que não havia criança alguma para ela: *“De vez em quando eu vinha aqui no fórum, ver como é que tava... e diziam: “não, não tem não, não tem criança nenhuma”. Era só isso que falavam pra mim”*.

Diante do relato de Teresa é possível observar que Teresa, assim como tantos outros candidatos ao buscar o meio jurídico, deparou-se com um sistema pouco acolhedor e alheio aos seus sentimentos. Entretanto tal problemática não se restringe apenas às pessoas que buscam a adoção. A questão toma outra amplitude, uma vez que observa-se a despersonalização do indivíduo ao entrar em contato com o contexto jurídico. Esta despersonalização diz respeito ao assujeitamento no qual as pessoas que recorrem ao jurídico sofrem, passando a serem meros observadores de suas vidas. Muitas vezes são tratados como mais um número, como mais um processo em tramitação e não como sujeitos de direito e principalmente como seres humanos, evidenciando um processo de desumanização.

A respeito dos procedimentos jurídicos em relação à adoção ela expõe:

*Eu achava que era só chegar lá, assinar o papel lá, o termo de responsabilidade e levar pra casa e ficar com o menino. (...) Imaginava que era mais fácil quando passava assim na televisão. Eu achava que era mais fácil... Eu achava que era só a gente chegar e vir*

*aqui só uma vez. Por exemplo, vinha aqui e dizia que queria uma criança. Aí vou adotar aquela criança e vinha no fórum e arrumava. Achei que era assim. Achei que era mais fácil, mas o processo é bem demorado. (...) Eu achei que era só a gente pegar a criança e ficava por isso mesmo, mas eu acordei do sonho e vi que não era. É bem diferente.*

O trecho acima destaca o desconhecimento de Teresa a respeito dos procedimentos legais da adoção e sua conseqüente frustração ao deparar-se com uma realidade bastante burocrática e demorada, realidade esta totalmente divergente da imaginada por ela.

A demora e o excesso de entraves burocráticos aliados à falta de informação e os conseqüentes sentimentos gerados por tais questões ressaltam a importância de oferecer aparato tanto psicológico quanto jurídico para os candidatos à adoção e seus respectivos familiares, a fim de sanar suas demandas tanto “psicológicas”, quanto jurídicas.

Eis que Teresa, diante da falta de respostas por parte da justiça, buscou outros meios para obter seu intento de adotar, como mostram os trechos a seguir:

*(...) eu me preparava, assim, eu ia na creche, cuidava das crianças... eu já estava me preparando né... Eu tava vendo nos lares da cidade, eu fui num lar, mas já tinha uma menina na frente, então já fiquei pra trás de novo.*

*Nesse meio tempo a gente achou uma mulher que queria dar um menino. Aí tudo bem, ela falou que queria dar. Pedi pra mandar dinheiro pra ela, mandei dinheiro pra ela, arrumei roupa, arrumei tudo. Aí ela tornou a ligar pra mim, dizendo que não ia mais adotar a menina. Aí pronto, foi outra desilusão. Sempre acontece isso.*

Casos como o de Teresa são bastante comuns em nosso país. Muitas pessoas, com a intenção de satisfazer seu desejo de ter um filho, por vezes buscam como alternativa, mães que

querem dar seus filhos em adoção, ou ainda fazem verdadeiras peregrinações pelos abrigos. Atitudes como essas algumas vezes dão certo. Contudo podem acarretar muito sofrimento e frustração para os adotantes, como nos dois casos vivenciados por Teresa relatados acima.

Faz-se importante frisar que Teresa buscou auxílio jurídico diversas vezes durante suas tentativas de adotar. Ela refere que no momento em que a genitora biológica de João asseverou-lhe que daria seu filho em adoção assim que nascesse, ambas dirigiram-se ao fórum local. Entretanto afirma que ao chegar ao referido local, disseram-lhe que tal procedimento não seria possível, sem maiores explicações: *“Aí nós viemos aqui no Fórum, porque ela falou que ia passar no papel até a criança nascer. Ai chegou aqui “não, não pode”*.

Diante do exposto, cabe serem tecidas algumas reflexões pertinentes. Para tanto faz-se relevante mencionar o artigo 8º do ECA, em seus incisos 4 e 5, incluídos pela Nova Lei de Adoção que entrou em vigor no final de 2009. Estes preconizam que o poder público tem o dever de oferecer auxílio psicológico às genitoras durante e logo após a gestação, inclusive àquelas que exprimirem seu desejo de entregar seu filho para a adoção.

Entretanto, a mãe biológica de João não recebeu dos operadores jurídicos qualquer tipo de orientação ou encaminhamento para acompanhamento psicológico por parte dos mesmos, nem quando estava grávida e relatou que pretendia dar seu filho à Teresa para que esta o adotasse, nem muito menos quando tal fato concretizou-se. Isso fere os incisos acima expostos, deixando evidente a falta de preparo ou mesmo descaso dos atores jurídicos que as atenderam. No que diz respeito à Teresa, pode-se afirmar que a mesma, nas diversas vezes em que buscou a justiça, também não recebeu o auxílio jurídico adequado às suas necessidades.

Dessa forma evidencia-se a importância de se implantar nas Varas de Infância e Juventude, realidade em algumas localidades do país como no Distrito Federal, uma equipe multidisciplinar que despenda acompanhamento especial às gestantes que desejarem entregar seus filhos para a adoção. Tal medida tem a finalidade de resguardar os interesses da criança, posto que, ao ser entregue à Justiça, ela é resguardada de ser exposta a práticas nocivas à sua vida, saúde e integridade, como o aborto, abandono, comércio de crianças e adoções ilegais, além de propiciar um espaço para as mães refletirem a respeito de sua decisão e serem esclarecidas as consequências jurídicas de tal ato.

Outro aspecto a ser levantado está relacionada ao artigo 50, inciso 13 do ECA, o qual diz que “somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei” quando:

- I - se tratar de pedido de adoção unilateral;
- II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;
- III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos artigos 237 ou 238 desta Lei.

Como já dito anteriormente, Teresa entrou com pedido de adoção de João quando este era recém nascido e prontamente obteve a guarda do mesmo. Questiona-se, como base no inciso apontado acima, o porquê de a Justiça ter concedido a guarda de João à Teresa, uma vez que ela não possuía vínculo familiar com a criança. Além disso, na ocasião, João era recém nascido. Dessa

forma, não houve tempo hábil para se alegar o estabelecimento de laços de afinidade e afetividade entre os mesmos, como prevê o Estatuto.

Diante do exposto constata-se algo bastante incoerente e contraditório uma vez que o Jurídico, ao mesmo tempo em que condena o tipo de adoção *intuitu personae*, no qual a mãe interessada em entregar o bebê para adoção indica a pessoa que ficará responsável pela criança, permite que ela aconteça em alguns casos, como no de Teresa.

Através da minha experiência como estagiária em uma Vara de Infância e Juventude do Estado de Goiás foi possível constatar que o número de adoções por candidatos inscritos no Cadastro Nacional de Adoção – CNA da comarca era inferior se comparado aos outros meios informais de adoção, como a adoção *intuitu personae*. Tal dado revela uma falha no sistema único de adoção brasileiro uma vez que as crianças, ao invés de serem encaminhadas à Justiça, estão sendo entregues diretamente aos adotantes através das próprias famílias biológicas ou por intermédio de terceiros, como funcionários de hospitais, por exemplo.

Dessa forma evidencia-se uma grande resistência das pessoas em utilizar o judiciário, muitas vezes alegando as dificuldades encontradas nesse meio, especialmente a demora e o excesso de exigências burocráticas.

Além disso, sabe-se que em geral o serviço de orientação e acompanhamento à adoção no país é precário, ou mesmo inexistente. Dessa forma, os fatores apontados, somados à falta de informação e preconceitos acabam por resultar em uma adoção carregada de despreparo e falta de apoio, diminuindo-se as possibilidades de ser bem sucedida.

Conclui-se dessa forma que é de suma importância que os adotantes recebam suporte durante a espera do filho adotivo, uma vez que os mesmos necessitam de um aparato profissional

que os oriente durante esse processo, os auxiliando na elaboração de suas reais motivações para a adoção assim como na vivência de seus medos, dúvidas e angústias.

Por outro lado, salienta-se a importância da capacitação dos profissionais que lidam com os candidatos a adoção, para que os mesmos possibilitem um espaço de escuta, ao mesmo tempo sensível e sensata, desses indivíduos, disponibilizando aos mesmos, recursos para a compreensão e elaboração de suas demandas.

Durante o processo de adoção a equipe multidisciplinar, mais especificamente, tem o papel não só de escolher os casais aptos, mas principalmente de prepará-los, no sentido de informar e desmistificar preconceitos e estereótipos. Sendo assim, não seria um trabalho de buscar simplesmente as motivações, mas trabalhá-las, proporcionando aos candidatos um espaço para reflexão e preparação para mudanças.

Diante do exposto considera-se fundamental que os atores jurídicos, quais sejam juízes, promotores, atendentes, assistentes sociais, psicólogos, etc conscientizem-se do impacto que o âmbito jurídico tem na vida dos indivíduos que a ele recorrem e promovam melhorias no atendimento dos mesmos, desde seu o contato inicial com a justiça até a conclusão da adoção. Além disso, é de suma importância que haja maior contribuição do âmbito social e político para a implementação de políticas públicas necessárias para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente implantado.

### **3.1.5 Considerações sobre Estudo de Caso**

Diante do caso analisado foi possível observar que as opiniões contrárias de seus filhos e netos em relação à adoção parecem ter sido fonte de angústia e sofrimento para a mesma. Entretanto, embora tivessem opiniões divergentes à de Teresa, a apoiaram em sua decisão. Conclui-

se, portanto, que o apoio familiar foi fundamental para que ela continuasse com seu intento de adotar. Dessa forma ressalta-se o papel fundamental que a família possui e a importância da aceitação da adoção pelo sistema familiar no qual o adotante está inserido e do suporte do mesmo durante esse processo.

Outro aspecto importante a ser considerado em relação ao caso apresentado, diz respeito ao fato de que, embora Teresa não tenha recebido apoio jurídico, como já ressaltado anteriormente, além de ter passado por alguns percalços durante o processo de adoção, a mesma demonstrou um posicionamento otimista e esperançoso diante da situação, evidenciando um forte aspecto de sua configuração subjetiva. Sendo assim, a sua provável insatisfação com a justiça não a paralisou, tendo ela tomado uma postura ativa diante da situação.

Contudo, muitos dissabores poderiam ter sido amenizados ou mesmo evitados, assim como suas crenças, medos e preconceitos poderiam ter sido em grande parte trabalhados e desconstruídos se ela bem como sua família tivessem recebido orientação e acompanhamento adequado por parte dos operadores da Justiça.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso ora apresentado nos leva a tomar conhecimento dos sentidos subjetivos expressos por uma candidata à adoção. Tais sentidos subjetivos propiciaram o desenvolvimento de hipótese e construções com um potencial de generalização a respeito dos aspectos subjetivos que permeiam a adoção. Todavia deve ser enfatizado que tal generalização diz respeito ao levantamento de questões que servirão como referência para o surgimento de novas zonas de inteligibilidade e conseqüentes estudos sobre o tema.

Dessa forma ressalta-se que não houve o propósito de realizar uma generalização no sentido de tomar os dados obtidos como universais e sim discutir como cada pessoa que busca a adoção possui suas motivações, medos e preconceitos, que, ao mesmo tempo em que são compartilhados pela sociedade, configuram-se de maneira tão singular em cada indivíduo.

Citamos mais uma vez González Rey (2005), o qual fala que: “o sujeito é infinito em relação à sua capacidade de manifestações de informação sobre distintas configurações de sentido subjetivo, segundo as quais toda pesquisa, em suas conclusões, representará sempre um recorte parcial”. Dessa forma, não se pretendeu chegar a uma verdade única ou a conhecer a realidade tal qual ela se apresenta, e sim produzir modelos teóricos que nos permitam uma maior visibilidade a respeito dos sentidos e das configurações subjetivas que permeiam a temática da adoção, propiciando apenas uma representação da realidade estudada, impossível de ser esgotada.

Após a minha experiência como estagiária da equipe psicossocial da Vara de Infância e Juventude durante um ano e meio, e mais especificamente durante o estudo de caso apresentado, foi possível observar que muitos candidatos inscreviam-se no Cadastro Nacional de Adoção – CNA, mas não recebiam informações a respeito de quais são os procedimentos e de como é, em geral, o



andamento de um processo de adoção. Foi possível notar ainda que os mesmos passavam longos períodos sem ter qualquer tipo de acompanhamento ou mesmo informação a respeito, fatos que ficaram bastante evidentes no caso estudado. Além disso, como já ressaltado, os candidatos muitas vezes deparam-se com um sistema pouco acolhedor e alheio aos seus sentimentos.

Considerando as questões apontadas acima, julga-se fundamental que a Justiça proporcione aos adotantes assim como a sociedade um espaço para que os mesmos se interessem sobre a legislação da adoção, pois os esclarecimentos irão beneficiar os mesmos em sua prática.

Além disso, é de extrema importância que tanto os indivíduos que estão vivenciando o processo de adoção, quanto os que ainda estão na fila de adoção recebam suporte profissional, por parte de uma equipe multidisciplinar, a fim de aliviar a ansiedade comumente presente durante o processo. Assim como também é necessário que haja um espaço para que os adotantes possam refletir a respeito de suas motivações, pois assim evitar-se-ão adoções ilegais e mal sucedidas.

Dessa forma evidencia-se a relevância de se realizar um trabalho mais próximo com os adotantes, esclarecendo-os a respeito de suas dúvidas, medos e preconceitos, tendo o intuito de prevenir uma série de problemas que podem ter uma repercussão emocional tanto para os filhos, quanto para os pais adotivos. Tal proposta objetiva facilitar a ocorrência de um número cada vez maior de adoções bem sucedidas além de buscar promover o bem-estar de todas as partes envolvidas neste processo.

Uma alternativa que já vem sendo implantada em algumas comarcas e que tem obtido resultados bastante positivos diz respeito à criação de grupos de adotantes, os quais permitem aos mesmos a troca de experiências, ajuda a esclarecer dúvidas, ameniza as ansiedades e angústias vividas em determinados momentos do processo.

Ressalta-se por fim a relevância da produção constante de conhecimentos acerca da adoção através do desenvolvimento de pesquisas sobre o tema no país. Além disso, é de suma importância que tais conhecimentos sejam difundidos à população, a fim de se diminuir as idéias generalistas, negativas e distorcidas que ainda se tem sobre a adoção.

## 5 - REFERÊNCIAS

Abreu, D. (2002). *No bico da cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*.

Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Berthoud, C.M.E. (1997). *Filhos do Coração*. São Paulo: Cabral Editora Universitária.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13.07.90. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em: 15 abril 2010.

Campos, N. M. V. (2001). *A família nos estudos psicossociais de adoção: uma experiência na vara de infância e da juventude do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília.

Coimbra, J. C. (2005). *A Demanda nos Processos de Habilitação para Adoção e a Função dos Dispositivos Judiciais*. Estudos e pesquisas em psicologia. Vol. 5, nº 2, dez, p. 67-78. Disponível em:<<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v5n2/v5n2a08.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2009.

Diniz, J. S. (1994). Aspectos sociais e psicológicos da adoção. In: Freire, F. *Abando e Adoção: Contribuições para uma cultura de adoção ii*. Curitiba: Terre Des Homes.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Fonseca, C. (1995). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.

Goldenberg, M. (2001). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*.

5ª ed. Rio de Janeiro: Record.

González Rey, F. (2002) *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios*. São Paulo:

Thomson Learning.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. (2005) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Learning.

Gueiros, D. A. (2007). *Adoção consentida: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta*. São Paulo: Cortez.

Kauss, O. G. B. (1993). *A adoção no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Maldonado, M. T. (2001). *Os caminhos do coração: Pais e filhos adotivos*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva.

Mattos, E. T & Nunes, R. C. S. (1981). *Meu filho adotivo: os problemas enfrentados pela criança e seus pais adotivos*. São Paulo: Almed.

Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). *Reflexão Social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas*. Estudos de Psicologia. Vol. 8, jan, p. 25-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17232.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2009.

Schettini Filho, L. (2006). *Compreendendo o filho adotivo*. 3ª ed. Recife: Bagaço.

Schettini, S. S. M; Amazonas, M. C. L. A & Dias, C. M. S. B. (2006). *Famílias adotivas: identidade e diferença*. Psicologia em estudo. Vol. 11, nº 2, ago, p. 285-293. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a06.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2009.

Silva, J. L. M. (1995). *A família substituta no Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva.

Vargas, M. M. (1998). *Adoção Tardia: Da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos Psicológicos da Adoção*. Curitiba: Juruá.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 1) O que o Sr. (a) acha que as pessoas em geral dizem e pensam sobre a adoção e como você vê isso? Conhece alguém que adotou? O que essa pessoa tem comentado com você sobre esse processo?
- 2) E o que o Sr. (a) pensa em relação à adoção?
- 3) Quais as motivações que o Sr. (a) acha que levam as pessoas a adotar?
- 4) Comente sobre o motivo ou os motivos pelos quais optou pela adoção.
- 5) Quais são suas expectativas em relação ao processo de adoção?
- 6) Quais as dificuldades enfrentadas por quem decide adotar? Quais dificuldades você acha que enfrentará em relação à adoção?
- 7) Já passou ou está passando por algum momento difícil após ter tomado a decisão de adotar?
- 8) O Sr. (a) tem algum medo ou preocupação em relação à adoção?
- 9) Como a sua família tem agido a respeito do seu interesse pela adoção? E seus amigos, como tem se posicionado?
- 10) Quais são os benefícios obtidos, a seu ver, na decisão de adotar?

**ANEXO 2****Complemento de Frases**

Complete as frases:

1 - Meu maior prazer \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2 - Minha preocupação principal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 - Gostaria de saber \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 - Meu maior medo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5 - Meu futuro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 - Sofro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7 - O tempo mais feliz \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 - O sucesso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 - Não posso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10 - Algumas vezes \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



11 – Quando tenho dúvidas \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12 – Sinto vontade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13 - Secretamente eu \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14 - Um pai \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15 - Quando estou sozinha \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16 - Eu prefiro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17 - Meu principal problema \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

18 - Quando era criança \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

19 - Acredito que minhas melhores atitudes \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20 - A felicidade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21 - Considero que posso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22 - Diariamente me esforço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23 - Sinto dificuldade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

24 - Meus maiores desejos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25 - Sempre quis \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

26 - Com frequência sinto \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

27 - Ser mãe \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

28 - Farei o possível para conseguir \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29 - Meus amigos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

30 – Este lugar \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

31 - Esperam que eu \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

32 - Dedico a maior parte do meu tempo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

33 - Sempre que posso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

34 - Ter filhos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

35 – Amo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

36 - Minha opinião \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

37 - Penso que os outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

38 – As mulheres \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

39 - Me propus \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

40 - Minha família \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

41 – Eu \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

42 - As pessoas \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

43 – Com frequência reflito \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

44 – O casamento \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

45 – Minhas aspirações são \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **ANEXO 3**

#### **Termo de Consentimento livre e esclarecido**

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de graduação que realizo junto ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, sob orientação do Professor Doutor Fernando Luis González Rey.

A referida pesquisa pretende analisar os sentidos subjetivos que permeiam a decisão de adotar. Além disso, tem como proposta proporcionar aos candidatos um espaço para refletirem sobre suas motivações e angústias a respeito desse processo. Esclarecemos que as entrevistas serão gravadas e demorarão cerca de duas horas diárias.

Ressalta-se que seus dados serão mantidos em sigilo e apenas a aluna responsável e o professor orientador da pesquisa terão acesso ao material integral, com fins de verificar as informações utilizadas na pesquisa. Esclareço que em nenhum momento será citado seu nome ou quaisquer outros dados que venham a lhe identificar ou trazer quaisquer danos.

Sua participação é livre e poderá ser interrompida a qualquer momento, caso você se sinta constrangido (a) ou desconfortável. Caso decida ou não participar da pesquisa, isso não implicará em nenhum benefício ou prejuízo no que diz respeito ao deferimento de seu processo de adoção.

Qualquer dúvida, ou se desejar alguma informação sobre a pesquisa, o telefone da pesquisadora do projeto, do comitê de bioética do UniCEUB e, se necessário, o telefone do professor orientador estarão disponibilizados.

Desde já agradeço sua atenção e colaboração.

Caso esteja de acordo em participar da presente pesquisa e não possua dúvidas a respeito dos objetivos e condições da mesma, assine abaixo. O presente termo será assinado em duas vias, sendo que uma via será entregue a você e a outra à equipe de pesquisadores.

---

Nome do participante da pesquisa

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

**Contatos:**

Aluna responsável: Telise Prestes Ceppo - Telefone: (61) 9981-5458

Responsável pela pesquisa: professor Fernando Luis González Rey – Telefone: (61) 3244-6753

CEP-UniCEUB - SEPN 707/907 Campus UniCEUB, Bloco IX, 70790-075

Telefone 3966-1511 – Email: [comite.bioetica@uniceub.br](mailto:comite.bioetica@uniceub.br)